FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Toni JOCHEM
Historiador

> "A Festa do Espírito Santo aqui em Santo Amaro tem uma história muito grande e variada devido o seu desenvolvimento, abusos antigos e reformas prescritas"[1].

Com características diferenciadas em cada região do Brasil, a Festa do Divino Espírito Santo é um evento folclórico-religioso composto de missas, novenas, procissões, peditório com a bandeira, festejos populares, shows com fogos de artifício, dentre outras atrações. Dada a sua importância no cenário folclórico-religioso de Santo Amaro da Imperatriz e com o objetivo de desvendar e registrar sua história, dividimos este capítulo em três partes distintas: a primeira fala sobre a origem da Festa do Divino Espírito Santo; a segunda, sobre a instituição da Festa em Santo Amaro e as inúmeras ações normativas que sofreu por parte do clero; e na terceira e última, abordamos sobre o atual ritual da Festa. O culto do Espírito Santo, de acordo com o historiador português Moisés do Espírito Santo, tem origem na Antigüidade:

> "Entre os israelitas, a Festa de Pentecostes era celebrada cinqüenta dias (sete semanas) depois da Páscoa, sendo uma das quatro festas importantes do calendário judaico: Páscoa, Omar, Pentecostes e Colheitas. Ela era conhecida, ainda, com nomes diferentes: das Ceifas, das Semanas, do Dom da Lei, e outros, tendo sido, primitivamente, uma festa agrária dos cananeus. Entre os hebreus, o termo *shabüoth* faz referência à festa que começa cinqüenta dias depois da Páscoa e marca o fim da colheita do trigo. 'A Festa do Divino é um eco das remotas festividades das colheitas'. Já o culto ao Espírito Santo, sob a forma de festividade, no sentido que iria adquirir mais tarde, se cristaliza no início da Baixa Idade Média, na Itália, com um contemporâneo de São Francisco de Assis, o abade Joachim de Fiori (morto em 1202), que ensinava que a última fase da história seria a do Espírito Santo. Suas idéias chegaram à Alemanha e espalharam-se pela Europa"[2].

No século XII, o abade cisterciense calabrês Joaquim de Fiori, num complexo teológico-filosófico, formulou uma teoria sobre três idades da humanidade: a primeira, antes da lei ou tempo do Pai (Lei de Moisés); a segunda, sob a lei ou tempo do Filho (Novo Testamento) e, por fim, a última redentora, sob a graça ou tempo do Espírito Santo[3]. Essa Era do Espírito Santo correspondia além da pregação de Joaquim de Fiori na Calábria, a de Amaury de Bène e Arnaldo de Vilanova em Paris, que profetizavam

> "que a nova Idade, que os franciscanos denominavam do Espírito Santo, deveria substituir, num futuro próximo, a Igreja decadente que ao longo dos séculos se afastara dos princípios sãos e simples pregados pelo Salvador"[4].

E os ideais dessa pretendida Nova Era caracterizados pela paz, pela fraternidade e pelo amor entre todos os homens, manifestaram-se rapidamente por toda a Europa Ocidental. Na Alemanha, há registros de uma organização dedicada ao Divino Espírito Santo, durante a dinastia dos Othons (Oto IV, o Soberbo)[5], no século XIII, que se destinava a lançar fundamentos de uma instituição de caridade, cujos bens eram oriundos de esmolas e eram destinados aos pobres nos anos de penúria.

> "Fomes apertadas nos Estados Alemães determinaram um dos imperadores da dinastia Othon, a lançar os fundamentos desta instituição, como banco formado de esmolas para acudir a pobres nos anos de penúria. Da divindade que invocavam, do imperante que tomara a iniciativa nasceram os festejos religiosos, que a confraria imperial votava ao culto do Espírito Santo (...), devoção e costume que de lá se propagou pelos Estados da Europa cristã, cujos reis marcharam à frente da obra a

> seu modo civilizadora e humanitária, até que o povo lhes foi usurpar o privilégio e se apoderou da instituição pia"[6].

A investidura de Oto IV (1197-1218), o Soberbo, como Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, e a promoção de "cerimônias em louvor do Espírito Santo para socorrer os pobres"[7] garantiram a simpatia dos adeptos da Nova Era e que, segundo Manuel de Lima,

> "parece ter criado condições muito favoráveis ao desenvolvimento de um culto vincadamente laico com larga participação das classes populares, da nobreza e até das próprias famílias reais"[8].

E como os promotores eram reis, os festejos conservaram os aspectos de realeza. Da divindade que invocavam, nasceram os festejos religiosos ao Espírito Santo, cujo costume se propagou por toda a Europa.

> "Invocava-se a proteção do Espírito Santo, significando a vinda da sociedade igualitária do futuro, a busca da opulência e da sabedoria, o verdadeiro Império do Espírito, segundo o modelo criado por Carlos Magno na França e descrito nas lendas de Arthur da Távola Redonda na Inglaterra e defendida no século XVII, nos Sermões do jesuíta Antônio Vieira, no Brasil, ao preconizar o Quinto Império"[9].

Há quem credite a instituição da festa a Carlos Magno (747-814). No ano 800, no dia 25 de dezembro, Carlos Magno foi coroado Imperador do Ocidente, na Basílica de São Pedro, em Roma, pelo Papa Leão III. A partir de então,

> "seu nome correu o mundo como protetor da cristandade, dos eventos religiosos. E assim, necessariamente, em todas as vilas da Velha Europa cristianizada, durante as festas dos Santos Patronos, era coroado um imperador em lembrança da coroação de Carlos Magno; passou a Portugal, de Portugal às Ilhas Açores, dali ao Brasil"[10].

Já, "na França, a festa foi facilmente difundida. A Folia do Divino, assimilada rapidamente, foi chamada 'Folias do Bispo Inocente', solenizada anualmente em São Martinho, de Tours. Daí à Península Ibérica, Portugal e suas colônias foi em Portugal, a devoção ao Divino Espírito Santo teve início no século XIII. Há notícias da existência de uma confraria do Espírito Santo em Benavente em 1237, que organizava um banquete aos pobres no dia do Espírito Santo. Também se tem a informação da existência de uma Igreja do Espírito Santo da Pedreira, em Lisboa, em meados daquele século[12]. Sabe-se ainda que o Rei Dom Dinis[13] e a Rainha Santa Isabel[14] – que, por sua vez, herdara da Corte de seu pai, o Rei Pedro III, de Aragão, "a influência dos (franciscanos) espiritualistas[15], o que leva à conclusão de que se vivia num clima propício à introdução e desenvolvimento do culto da Terceira Pessoa da Trindade"[16] –, por ocasião da Festa do Espírito Santo, coroavam um indivíduo pobre que para tanto se sentava no trono real. Esse ato do casal imperial era seguido pelo oferecimento de um grande banquete, no qual a própria rainha servia à mesa. Por influência da Rainha Isabel, o Rei Dom Dinis "adotou a doutrina da Nova Era"[17] e, aos poucos, o culto ao Espírito Santo, símbolo dos ideais de igualdade e fraternidade da doutrina cristã, foi assumindo o caráter de devoção do povo português. uestão de tempo"[11].

Em 1296, a Rainha Isabel criou, ou autorizou a criação duma confraria do Espírito Santo na sua vila de Alenquer[18]. Convém ressaltar que, em 1290, Beatriz de Castela (1242-1303), princesa de Castela e Rainha de Portugal entre 1253 e 1279, sogra da Rainha Santa Isabel, determinou o início das obras da construção da Igreja do Espírito Santo, anexa ao convento franciscano em Alenquer, existente desde 1222[19], cujos frades pertenciam à Província de São Tiago, com sede no Norte da Espanha. As obras foram concluídas em 1305, sendo, portanto, provável que, só após esta data, a Rainha Santa Isabel tenha realizado a promessa do oferecimento de sua coroa ao Divino Espírito Santo[20], o que acabou por melhor estruturar os festejos comemorativos à Santíssima Trindade, os quais, como vimos, já existiam em Portugal.

Há informações baseadas em documentos do Arquivo de Alenquer, de que a primeira festa teria sido realizada no Convento de São Francisco da mesma vila, em 1323[21]. Interessante observar que nesse ano, os exércitos de Dom Dinis e o de Dom Afonso quase chegam às vias de fato em Alvalade, perto de Lisboa; felizmente chegaram a novo armistício por intervenção da Rainha Isabel. Talvez esteja aqui a razão da instituição da primeira Festa do Divino Espírito Santo. Segundo

Manuel de Lima,

> "Os cronistas e historiadores portugueses estão de acordo no que se refere à introdução, a que poderíamos chamar de 'oficial', do culto do Espírito Santo em Portugal por iniciativa da Rainha Santa Isabel, com o patrocínio do Rei Dom Dinis"[22].

Para melhor compreendermos o motivo que resultou na promessa do oferecimento da coroa ao Divino Espírito Santo por parte da Rainha Isabel, apresentaremos alguns aspectos sócio-políticos que acreditamos justificar tal ação. Ao mesmo tempo, ressaltamos a firme atuação da rainha na promoção da paz entre a família real diante das freqüentes contendas entre seu marido e seu filho Dom Afonso e o bastardo Afonso Sanches de Albuquerque.

Dom Dinis I foi o sexto Rei de Portugal. Filho do Rei Afonso III com a infanta Beatriz de Castela, ocupou o trono de seu pai em 1279, reinado que perdurou até 1325. Afonso, apesar de ser o único filho legítimo de seu pai, o Rei Dom Dinis, não seria, de acordo com algumas fontes, o filho favorito para a sucessão de Afonso III, que preferia a companhia de Afonso Sanches, um dos seus bastardos. Esta preferência acarretou uma rivalidade entre os dois irmãos que, algumas vezes, deu lugar a confrontos armados. Os últimos anos do seu reinado (de Dinis I) foram marcados por conflitos internos entre os seus dois filhos: Afonso (1291-1357), depois Afonso IV, o herdeiro legítimo, e Afonso Sanches (1289-1329), seu filho natural. Em 1312, o Rei Dom Dinis doou a Póvoa de Varzim ao filho bastardo Afonso Sanches de Albuquerque, o que não contentou a Dom Afonso. A partir de 1315, o infante Dom Afonso (futuro Afonso IV de Portugal) incompatibiliza-se com o pai, por razões relacionadas com o valimento na Corte de seus meio-irmãos Afonso Sanches, João Afonso e Fernão Sanches. De 1319 a 1324, uma guerra civil ameaçava vir à tona em Portugal: revolta do infante Dom Afonso, que atribuía a seu pai, Dom Dinis, a intenção de o preterir na sucessão do trono por um irmão bastardo, Dom Afonso Sanches. Dom Dinis queria deserdar o filho legítimo para entregar o trono a um filho ilegítimo. Em função disso, houve graves desentendimentos na família real e iminência de uma guerra. O filho legítimo, revoltado com a atitude do pai, levantou um exército e pretendia apoderar-se do trono pela força. Nessa contenda, de um lado, estavam Dom Afonso e sua mãe, a Rainha Santa Isabel, além de outros grandes senhores, bispos do Porto e de Lisboa (Norte e Centro do reino). Enquanto de outro lado, opunha-se o sexagenário Rei Dom Dinis, com seus filhos bastardos Afonso Sanches, João Afonso e Fernão Sanches, os oficiais da Corte, alguns nobres, o bispo de Évora, o deão do Porto e, importantíssimos aliados, os mestres das ordens militares (Sul do reino)[23]. Em 1320, Dom Dinis acusa seu filho Dom Afonso publicamente de revolta num manifesto. Dom Dinis consegue com o papa João XXII bula que condena todos aqueles que incitassem o infante à revolta. Em 1321, Dom Dinis apresenta um manifesto contra o filho (o infante Dom Afonso), ainda em Lisboa. Passado um ano, a Rainha Santa Isabel toma a iniciativa das conversações de paz. E no ano de 1323, por não ver atendidas algumas reivindicações, Dom Afonso retira-se para Santarém, onde reúne um exército com a finalidade de conquistar Lisboa. Os seus homens defrontaram-se com os do rei na batalha de Albogas, perto de Loures. A Rainha Santa Isabel intervém novamente. Os dois exércitos quase chegam às vias de fato em Alvalade, perto de Lisboa; chega-se a novo armistício por intervenção conjunta de Dona Isabel e do Bispo da cidade, Dom Gonçalo Gonçalves de Pereira[24]. Em 1324, levanta-se uma rebelião em Santarém contra Dom Dinis. O rei dirige-se de Lisboa até lá, onde seu filho continuava a morar, mas não foi recebido. Depois de nova batalha, é estabelecida a Paz de Santarém: o infante Dom Afonso obtém a segurança da sucessão ao trono, sendo destituído e afastado da Corte o bastardo e mordomo-mor Afonso Sanches.

Em 1325, morre Dom Dinis e Afonso IV torna-se Rei. Com a morte do rei, a Rainha viúva Santa Isabel entra no convento das franciscanas de Santa Clara, em Coimbra. O sucessor de Dom Dinis, Afonso IV, passa a acusar o bastardo Afonso Sanches (refugiado em Castela) de traidor, condenando-o a desterro perpétuo e confiscando-lhe os bens. Afonso Sanches, descontente com as atitudes do rei, invade Portugal.

Como primeira decisão, Afonso IV exilou Afonso Sanches para Castela, retirando-lhe todas as terras, títulos e feudos concedidos pelo pai de ambos. O exilado não se conformou e, do outro lado da fronteira, orquestrou uma série de manobras políticas e militares com o fim de se tornar ele próprio rei. Depois de várias tentativas fracassadas de invasão, os irmãos assinaram um tratado de paz, sob o patrocínio da Rainha Santa Isabel[25].

Para apaziguar esse conturbado período, caracterizado por instabilidades políticas há a versão[26] de que a Rainha Santa Isabel teria abdicado a coroa em favor do Divino Espírito Santo. Por isso, deliberou que reinaria sobre Portugal a terceira pessoa da Santíssima Trindade. E para dar visibilidade pública à sua promessa:

> "No dia de Pentecostes, toda a Corte, em solene procissão, tendo à frente o Imperador e a Imperatriz, dirigiram-se à Catedral, depositando no altar-mor a coroa, o cetro e o estandarte do Reino. (...). A partir de então, a Imperatriz repetia todos os anos, no dia de Pentecostes, a cerimônia de consagração do reino ao Divino Espírito Santo, em ação de graças pela felicidade e prosperidade de Portugal"[27].

Dessa forma,

> "A coroa surge, pois, logo no início da instituição deste culto como um elemento basilar e para vincar a sua importância, a própria Rainha oferece uma coroa à Igreja do Espírito Santo de Alenquer por ocasião da primeira celebração verificada, (...), com certa probabilidade em 1323"[28].

Segundo Nereu do Vale Pereira,

> "A Rainha Santa Isabel queria tornar seu marido mais humilde no exercício das altas funções, então pediu licença para coroar o primeiro mendigo que encontrasse na capela à hora tércia, quando se oficializou ao Divino Paráclito. Isso deu origem à tradição de vestir um casal de adolescentes à réplica do Imperador e da Imperatriz"[29].

A instituição da Festa do Divino Espírito Santo em terras de Portugal é, por norma, atribuída à Rainha Santa Isabel. Mas como a devoção ao Espírito Santo já lhe era anterior, o que nos parece ser-lhe de crédito é o oferecimento da coroa real ao Espírito Santo e o início da tradição da participação da Corte nas solenidades litúrgicas no dia de Pentecostes. Essa solenidade teria sido

> "inspirada por franciscanos de tendência espiritual. Os mesmos que, secundando o proselitismo de Santa Isabel, lograriam levá-la a patrocinar e, porventura, institucionalizar nos inícios do séc. XIV tais festejos com um aparato nunca antes visto, o que terá contribuído para radicar a tradição segundo a qual sob a sua égide e de D. Dinis se haviam originado"[30].

Dessa forma, a Rainha Isabel enriqueceu e deu novo estímulo às festividades do Espírito Santo em Portugal como prelúdio da era de paz e justiça, a Era do Espírito Santo. A Festa realizava-se no Dia de Pentecostes e consistia numa cerimônia solene, imbuída de ricos simbolismos religiosos e místicos, denominada de Império, na qual o Rei e a Rainha exteriorizavam a sua vontade de servir o seu povo no espírito da humildade e da caridade cristãs. Após a celebração da missa, realizava-se uma procissão culminando com a coroação do Imperador e de dois Reis. O Imperador e os reis eram crianças do povo, símbolos da inocência, a quem o rei e a rainha entregavam as insígnias do poder temporal: as suas coroas e o cetro real. O Imperador fazia-se acompanhar por três pajens e duas damas de honra. Estas últimas recebiam seus dotes dos reais anfitriões. Seguia-se uma tourada e a carne era distribuída aos pobres, e depois se realizava um banquete ou bodo, onde abundavam para todos o pão, o bolo, a carne e o vinho[31].

Com mais ou menos detalhes quanto à origem, motivação e ritual da primeira Festa do Divino Espírito Santo, o certo é que a devoção se espalhou por todo o reino português, com destaque para a Beira Baixa, para a região de Tomar, Estremadura e o Barlavento Algarvio, até se radicar nos Açores, arquipélago descoberto em 1427 e distante 1.500 km da costa portuguesa.

Em Portugal continental, a devoção se alastrou e alcançou seu ponto culminante na Era das Grandes Descobertas, ou seja, no século XV. De Portugal continental para as suas Colônias e Possessões, a devoção acompanhou o movimento colonizador, chegando ao Brasil e a Santa Catarina.

> "As Festas do Divino Espírito Santo, que se espalham por Portugal inteiro até hoje,

> terminam com a coroação simbólica do imperador da Nova Era, na pessoa de um menino ou de uma pessoa muito pobre. A coroação é feita por cinco pessoas: um homem velho e um jovem; uma mulher velha e outra jovem e um menino que seria coroado rei no ano seguinte. Estes eram os símbolos da sociedade ideal, no paraíso terrestre que eles almejavam encontrar. Na Festa do Divino, o rei mandava libertar os presos em sinal de reconciliação e paz e ele, junto aos nobres da Corte, misturava-se ao povo ao qual fornecia comida e roupa de graça. (...). Com os tempos, as Festas do Divino foram sendo cerceadas, mas embarcadas nas caravelas, foram-se para a ilha dos Açores, de onde vieram para o Brasil"[32].

●●●●●

E em Santo Amaro da Imperatriz não é diferente, com algumas adaptações regionais iniciadas com a promoção da primeira Festa do Divino Espírito Santo, em 29 de maio de 1854[33], ou inseridas posteriormente.

No primeiro semestre daquele ano, as obras da segunda igreja estavam concluídas e a imagem de Santo Amaro havia sido entronizada, representando a figura do padroeiro da localidade e fazendo com que o topônimo Arraial de Santa'Ana do Cubatão fosse substituído por Santo Amaro do Cubatão. Nesse ínterim, líderes políticos reivindicavam a elevação do então Arraial de Santo Amaro do Cubatão para a categoria de Freguesia e Distrito de Paz; um abaixo-assinado foi organizado e encaminhado ao Presidente da Província de Santa Catarina. Nesse contexto, a população, de maioria absoluta descendente de açorianos e de africanos[34], oriundos das Freguesias de Enseada de Brito, de São José[35], entre outras, planejou a instituição da Festa do Divino Espírito Santo.

Consultado o Pe. Macário César de Alexandria e Souza, pároco de São José, e que atendia o Arraial de Santo Amaro, consentiu com a instituição da Festa do Divino Espírito Santo, com a realização da respectiva novena, com a presença dos mordomos, do festeiro e da população em geral, na qual, segundo ele, poder-se-ia "cantar em ação de graças"[36] ao Divino Espírito Santo. E assim foi feito.

A articulação da primeira festa deve-se, principalmente, aos moradores do povoado Braço de São João. Para viabilizar financeiramente a festa, foram escolhidos os primeiros mordomos: Joaquim Alexandre de Campos, Capitão João Marcos Pereira de Andrade, Capitão José Bonifácio da Silva, Capitão Francisco da Costa Porto, Capitão Mariano Correia Borges, Oficial de Registro Joaquim Manoel Pedro Tristão, Francisco Lourenço de Medeiros, José Antônio de Abreu, Matias Silveira de Matos, Martinho Ferreira da Cunha, Cipriano de Souza Cabral, David Fernando Lemos, Joaquim M. do Nascimento, Francisco Duarte da Silva, Claudino Pereira de Medeiros, Antero de Souza Pires, Camilo Silveira de Matos, Fernando Antônio de Medeiros, Jacinto Luiz de Andrade, José Antônio Botelho, Manoel Eufrásio de Medeiros, Matias Bach e Major Manoel Francisco Filisbino[37]. Os mordomos geralmente eram chefes de família que auxiliavam o coordenador da festa, ou festeiro, no desempenho de suas obrigações.

Lá, no Braço de São João, foi criada a cantoria ou folia do Divino[38], cujos responsáveis já cantavam e trovavam o "Terno de Reis"[39]. O primeiro folião foi Romalino João da Silva, que tocava batuque, Feliciano Pedro da Silva tocava violão, a rebeca ou o violino era tocado por Biel da Rosa Dias e o pandeiro, por José Antônio Teixeira. Participavam ainda as cantoras: Caetana Maria da Silva e Felicidade Rosa Dias. Também foi escolhido o porta-bandeira que visitava as residências, abençoando-as e solicitando esmolas para ajudar na realização da festa. Os membros da família, por sua vez, beijavam a bandeira invocando a proteção de Divino Espírito Santo, fazendo-lhe promessas.

A primeira novena foi realizada na residência de Serafim Ferreira da Silva, no Braço de São João. Ao término da novena, a qual era coordenada por João Espíndola de Novais, iniciava-se a cantoria do Divino, durante a qual todos beijavam a respectiva bandeira pedindo proteção ao Divino Espírito Santo. As novenas eram realizadas tanto nas casas dos mordomos como na de qualquer pessoa interessada. Para a novena, na residência do anfitrião era preparado um oratório à Santíssima Trindade, diante da qual os devotos participavam de cânticos, ladainhas, salve-rainhas e outras orações; depois se iniciava a folia do Divino[40]. Procedia-se, ainda nos momentos finais da

novena, a arrematação das massas entre os presentes. Para a festa daquele ano de 1854, um senhor mordomo foi aclamado como festeiro.

Depois de findas as novenas, foi realizada a primeira Festa do Divino Espírito Santo. Para a qual, as bebidas eram preparadas pelos homens, na hora, numa cozinha improvisada. E as senhoras preparavam a alimentação. Promessas ou prendas da bandeira do Divino eram trazidas pelos procuradores com antecedência para a Igreja Matriz. As massas, fruto de promessas, foram levadas para as dependências da Igreja Matriz, no dia anterior à realização da festa, e colocadas sobre uma grande mesa, ao lado direito do Altar-Mor, para serem abençoadas pela Santíssima Trindade[41]. Os fogos de artifício vinham de Porto Belo-SC, de carroça até o Arraial de Santo Amaro do Cubatão, para ornamentar e embelezar a Festa do Divino. Sobre o ritual da festa, há informações de que, no sábado, dia 28 de maio de 1854, o povo foi até a residência do primeiro festeiro e de lá o acompanhou, às 17 horas, até a Igreja Matriz, juntamente com as autoridades do Arraial de Santo Amaro e o Pároco Pe. Macário. Depois, rezaram a novena e, após, a folia do Divino. Ao término desta, mais queima de fogos de artifícios e festejos populares.

No domingo, dia 29 de maio de 1854, às 08 horas, a grande massa de povo chegava ao pátio da Igreja Matriz; o Pe. Macário César de Alexandria e Souza, paramentado, acompanhou o povo que se dirigia até a residência do festeiro; de lá, retornaram para a igreja onde, às 10 horas, participaram da Missa.

Após a Missa, continuavam os festejos, com fogos e músicas; sendo que ao meio-dia era oferecido um banquete para os pobres. Os festejos continuaram por toda a tarde. Às 19 horas, houve novena com o festeiro e a sua comitiva. Na segunda-feira, dia 30 de maio, às 8 horas, os paroquianos acompanharam o Pároco até a residência do festeiro, com a comitiva e suas autoridades, e de lá deslocaram-se para a Igreja Matriz, onde se deu a celebração da missa, às 10 horas. Após as celebrações litúrgicas, os festejos populares continuavam, quando também eram distribuídas as massas para os pobres.

De 1854 até 1875, há poucas notícias sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro. Entretanto, conseguimos localizar um texto relativo à Festa do Divino realizada em 1868. Nele, afirmava-se que Manoel Antônio Soares do Nascimento era imperador e que ele "muito se esmerou para fazer uma boa festa, para o que assaz concorreu o digno e inteligente vigário"[42]. Segundo a mesma fonte:

> "O Imperador deu um esplêndido jantar a todos quantos assistiam a mesma festa; a casa em que se achava a coroa estava bem ornada, tendo a efígie de Sua Majestade o Imperador e sua augusta família, assim como a efígie de Sua Majestade Fidelíssima D. Luiz I, Rei de Portugal; enfim, no Domingo à noite uma música composta por alemães da colônia, acompanhada de muitos cidadãos do lugar, dirigiram-se a várias casas dando vivas a Sua Majestade Imperial e sua augusta família, aos bravos Defensores da Pátria, à Marinha Brasileira e a seus dignos chefes, assim como ao General em chefe Caxias; em todos os ânimos se observava o maior entusiasmo"[43].

Em 1875, a Festa do Divino sofreu significativas adaptações adequando seu conteúdo à secular tradição portuguesa. E, com esse objetivo, em abril de 1875, a pedido de Joaquim Alexandre de Campos, "Bernardo de Souza Franco – Sr. Conselheiro Inspetor da Corte Imperial – Petrópolis, Rio de Janeiro"[44], teria confirmado presença na Festa do Divino Espírito Santo de 1875. Em função da visita ou mesmo das determinações do supracitado Conselheiro Inspetor da Corte Imperial, a comunidade, através de suas lideranças, re-formatou as festividades: decidiu comprar uma nova coroa, salva e cetro. Foi nomeado um festeiro e criada a Irmandade do Divino Espírito Santo. O Império do Divino também teve sua gênese nesse período, sendo construído posteriormente. Essas inovações significaram um novo tempo, resultando numa nova fase para a Festa do Divino Espírito Santo, em Santo Amaro da Imperatriz: a fase da tradição, da organização.

Como citamos, em 1875, foi fundada a Irmandade do Divino Espírito Santo, a 17 de maio[45]. Para viabilizar a fundação da aludida Irmandade, nas dependências da Igreja Matriz de Santo Amaro, estiveram:

> "reunidos os signatários do Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo[46], da mesma freguesia para o fim de elegerem a (diretoria) da mesma Irmandade e achando-se presentes o Irmão Coronel Gaspar Xavier Neves, Antônio Ferreira de Macedo, Laurentino Ferreira de Macedo, Nicolau Antônio Eller, Estêvão Antônio Pretz, Carlos Reinold Müller e faltando, por se acharem ausentes, o Capitão José Jorge de Betancourte e Souza, Ernesto Augusto de Souza Costa, Manoel Francisco Tavares, Januário Prota Fabrício, Cândido Augusto de Souza Costa e Vicente Ferreira dos Santos"[47].

Na seqüência, na mesma reunião, o Coronel Gaspar Xavier Neves, fez "a leitura em voz alta e inteligível de todos os artigos do mesmo Compromisso"[48], declarando fundada a Irmandade do Divino Espírito Santo em Santo Amaro. Dois meses depois, em 4 de julho de 1875, a direção da Irmandade do Divino Espírito Santo voltou a se reunir com a finalidade de:

> "deliberarem sobre o pagamento das jóias dos empregados, Irmãos e mesários e mais do Divino Espírito Santo, como dispõem os artigos do Compromisso da referida Irmandade. E a mesa deliberou que qualquer devoto ou Irmão que queira levar a Coroa do Divino Espírito Santo para sua casa a fim de pagar sua promessa pagará a jóia de dois mil réis e juntamente o rendimento que render e entregará ao Procurador"[49].

Do acima exposto deduzimos que em 1875, logo após a fundação da Irmandade, a mesma já possuía a Coroa do Divino Espírito Santo. Ainda no mesmo ano, "Antônio Cândido de Abreu que, escolhido para ser o imperador do Divino em 1876, decidiu adquirir coroa e cetro novos"[50], além da salva[51]. E o fez na cidade de Salvador, na Bahia, em 1874[52]. No ano seguinte, em 1876, aos três de junho, esteve reunida a Irmandade para procederem à eleição dos Irmãos mesários e mais empregados da mesma[53]. Participaram dessa reunião: Manoel Gonçalves de Abreu, Manoel Leal da Cunha, João Eleotério de Farias, Joaquim Teixeira de Quadros, Jacintho Ferreira de Macedo, Amâncio Pereira Maciel, Manoel Pereira Maciel entre outros e a eles coube proceder à eleição da nova diretoria da Irmandade do Divino Espírito Santo que ficou assim constituída: Juiz, Manoel Antônio Soares do Nascimento, com cinco votos; para Escrivão, Ricardo de Aguiar Martins, com sete votos; para procurador, Manoel Gonçalves de Abreu, com sete votos; para tesoureiro, Manoel Pereira Maciel, com sete votos. E assim da mesma forma passou-se a votação dos Irmãos mesários, com o seguinte resultado: Adriano Ferreira dos Anjos, sete votos; Crispim Lourenço de Medeiros, sete votos; João Claudino de Ávila Vieira, sete votos; Francisco Bernardo Machado da Silva, sete votos; José Antônio Duarte, sete votos; Bernardino José da Silva, sete votos; Amâncio Pereira Maciel, sete votos; Jacinto Ferreira de Macedo, sete votos; Joaquim Teixeira de Quadros, sete votos; Francisco Antônio da Cunha, sete votos; Joaquim Claudino Pereira de Ávila, sete votos; Manoel Leal da Cunha, sete votos[54]. Em 11 de junho de 1876, foi realizada nova reunião da Irmandade[55], ocasião em que foram relatados os seguintes bens a ela pertencendo:

> "Um arquibanco, uma mesa velha com uma gaveta, uma Coroa do Divino Espírito Santo de prata, e um cetro de prata, uma salva de metal, uma custódia de madeira, uma banqueta com seis castiçais e uma imagem de Santo Cristo, uma bandeira de damasco encarnada em bom estado, uma lista de tafetá (sic) encarnado, um tambor em mau estado, uma lata com ferrugem, um par de vasos com porcelana pequenos, três toalhas em mau estado, uma caixa de damasco de algodão em mau estado, quatro cortinas de ganga encarnada em mau estado, um par de castiçais de chumbo velhos, um resto de galões de óleos, e doze e meia várias de galão (sic) e a quantia de trinta e três mil e setecentos em dinheiro"[56].

A partir de 1876-1877, as atas da Irmandade referem-se a problemas administrativos e inobservância de artigos do Compromisso[57]. Em junho de 1877, a reunião da Irmandade foi realizada na casa de Manoel Gonçalves de Abreu "por não haver ainda nesta Freguesia Império, digo, casa do Império"[58]. No ano seguinte, a reunião de Irmandade, realizada em 24 de junho, aconteceu na "Casa do Império desta Irmandade"[59]. No mês de agosto de 1879, o livro de matrícula da Irmandade do Divino Espírito Santo apresentava 56 membros[60]. Data-se a 12 de maio de 1883, a última ata da Irmandade do Divino Espírito Santo[61] a que tivemos acesso. Em 05 de novembro de 1891, o Pe. Arcângelo Ganarini escreve ao bispo do Rio de Janeiro e, entre outros aspectos, afirma que "não existe Irmandade"[62] na Paróquia de Santo Amaro. E continua: "Uma

que existia, perdeu por felicidade seu Compromisso e não funciona mais"[63]. Como causa do término da Irmandade cita que "um finório tinha feito dela um meio de lucro"[64]. E termina: "Algumas opas que havia foram recolhidas à Igreja e servem, agora, para os que acompanham o S. Viático aos enfermos"[65]. Apesar da documentação afirmar que existia a "Casa do Império", em julho de 1895, Dom José de Camargo Barros afirma que "com donativos do povo se está edificando um theatro do Espírito Santo"[66]. O mesmo bispo, na mesma oportunidade, diz ter sido recepcionado, entre outros fiéis, pelos "irmãos do Divino"[67]; o que significa que, apesar do Pe. Ganarini afirmar em 1891 que a Irmandade havia sido extinta, ainda existiam os "Irmãos do Divino". O Livro de Crônicas, em 1941, também afirma ter existido a Irmandade do Divino Espírito Santo e que a mesma teria sido fundada em 1874[68] e extinta ainda no período de atuação do Pe. Ganarini: 1883 a 1900[69].

Em junho de 1895, o Bispo de Curitiba Dom José de Camargo de Barros, a cuja Diocese a Paróquia de Santo Amaro pertencia, realizou visita pastoral e deixou registrada uma descrição histórica sobre a igreja e nela, a existência de um altar consagrado ao Espírito Santo:

> "o altar lateral da parte da Epístola é consagrado ao Espírito Santo, que está com um ostensório de madeira, havendo também neste altar a Coroa e o Cetro do Divino, de prata"[70].

Num inventário realizado em maio de 1900, o Pe. Archangelo Ganarini confirma a existência do império do Divino Espírito Santo e afirma que o mesmo foi "edificado no terreno da matriz a expensas dos devotos, o qual, por não existir irmandade, de direito, pertence à Igreja Matriz"[71]. Dom Duarte Leopoldo e Silva, sucessor de Dom José de Camargo Barros, em 1905, quando de visita pastoral a Santo Amaro, confirma a existência do "theatro do Espírito Santo"[72]. O Pe. Frei Burchardo Sasse, em 1904, tentando resumir informações históricas sobre a paróquia, cita como "imperador do Espírito Santo de então, José Bento, que não podendo fazer a Festa do Espírito Santo"[73], doou para a Igreja Matriz a lâmpada para o Santíssimo Sacramento. Entretanto, o Pe. Frei Burchardo não cita o ano em que José Bento seria o imperador. No decorrer do tempo, a realização da Festa do Divino Espírito Santo passou a ser objeto de preocupação dos bispos de Curitiba e, a partir de 1908, do bispado de Florianópolis. A centralização da festa nas mãos dos leigos e a falta de controle por parte do clero sobre o seu ritual geraram uma situação conflituosa entre a Cúria Diocesana e os populares. E em Santo Amaro não foi diferente. A realização de novenas em casas particulares, o peditório com a bandeira, o destino dos recursos financeiros arrecadados e o próprio ritual da festa, concebido como excessivamente profano em detrimento de seu aspecto religioso, geraram severas medidas administrativas e coercitivas da parte hierárquica da Igreja, com o objetivo de disciplinar a festa o que, muitas vezes, desagradou à população. Dessa forma, em 04 de janeiro de 1906, Dom Duarte Leopoldo e Silva proibiu o uso da bandeira do Espírito Santo para recolher esmolas. Vetou também as folias e determinou que as solenidades fossem revestidas de um caráter eminentemente religioso, excluídas as profanidades inadequadas. Os festeiros deveriam se submeter às determinações diocesanas, caso contrário, o clero negar-se-ia a participar das solenidades alusivas ao Divino Espírito Santo. Coube ao Pe. Frei Humilis Thiele, então pároco de Santo Amaro, comunicar ao povo a decisão do Bispo Dom Duarte. Segundo relatório do Pe. Frei Jerônimo Goldkuhle, enviado ao bispo,

> "a impressão causada por esta comunicação era enorme. No princípio declararam ser esta determinação uma invenção dos padres. Tendo-se depois verificado diversas deputações do povo, que se tratava de um decreto do Bispo, imputou-se aos padres terem insinuado e solicitado tal rigorosa ordem"[74].

Mas, uma parte da população não consentindo com as determinações eclesiásticas resolveu desafiá-las. O Pe. Frei Jerônimo descreve os fatos nestes termos:

> "A novena do Espírito Santo começou no dia fixado na folhinha eclesiástica depois de ter eu novamente explicado a circular de V. Exa. ao povo. A bandeira, que no primeiro dia da novena podia ser conduzida processionalmente da casa do festeiro para a igreja, não foi buscada neste dia; as novenas continuaram na igreja sem perturbação alguma até a sexta-feira antes da Festa do Divino Espírito Santo. Com este dia, porém, começaram as desordens. Existindo até agora o costume de rezar na sexta-feira e no sábado uma novena particular na casa do festeiro, depois de acabada a novena na igreja, o povo queria tirar, com força, a bandeira da igreja, e

> levar para a casa do festeiro, juntamente com a coroa e o cetro do Espírito Santo. Isto não se realizou, porém, por causa da prudência de muitos e sobretudo do próprio festeiro, que como bom católico se submeteu sem reservas às ordens de V. Exa. E não participou de maneira alguma nas desordens dos barulhentos. Não podendo conseguir estes o seu tentame, ainda mais começaram a gritar contra os padres e o bispo, e até se atreveram de chamar ao bispo de maluco como me contaram. Ainda pior era o que se deu na novena de sábado. Nesta noite a novena foi bruscamente interrompida, sendo levados por alguns desordeiros os músicos, que estavam esperando fora da igreja a conclusão da novena, a tocarem marcha na porta de igreja. Avisados logo por diversos padres, de cessar com a música, não obstante continuaram a tocar, até o Pe. Xisto que saiu para impor-lhes silêncio foi ameaçado com faca. O barulho que reinava continuou no domingo durante a missa de festa, de maneira que era impossível pregar o sermão. Depois da missa houve lugar, em minha presença, a eleição do novo Imperador. O primeiro eleito recusou aceitar o cargo e o presidente da eleição já declarou que a festa se acabou para sempre quando, pela tarde, voltou com mais outros para nossa casa propondo, a rogo do povo, um outro para ser festeiro. Não foi sem hesitar que aceitei pondo, contudo, as condições seguintes: 1ª) – que o festeiro se submetesse completamente às ordens de V. Exa.; 2ª) – que a música, no ano que vem, não tocasse nas imediações da igreja, sendo causado, principalmente pela música o barulho deste ano; 3ª) – que o festeiro providenciasse polícia para a manutenção da ordem. Foram aceitas as minhas cláusulas por parte do festeiro. Acrescentei como quarta condição que, para o ano vindouro, todos os bons católicos tomassem interesse para conservação da boa ordem, caso contrário, da minha parte, toda a solenidade se limitaria a uma simples missa rezada, para não expor as coisas de Deus à profanação de desordeiros insubordinados. Já comuniquei isto uma vez do púlpito a todo o povo e não deixarei de fazer mais vezes o mesmo no ano vindouro antes da festa”[75].

Em 1910, houve a realização do Primeiro Sínodo Diocesano de Florianópolis e, nele, foi proibida a prática de folias e de novenas em casas particulares com a presença da bandeira do Divino, além de revogada a determinação de Dom Duarte, datada de janeiro de 1906[76], referente a peditórios com a bandeira do Divino Espírito Santo desde que observadas as seguintes normas:

> “a) – Para cada festa o respectivo festeiro ou provedor da Irmandade requererá uma provisão de licença à Autoridade Diocesana no caso que deseje tirar donativos por meio de peditório. b) – O respectivo requerimento deverá trazer uma informação do Vigário da Paróquia. c) – O Reverendo Vigário tem o direito e o dever de escolher com o promotor da festa e de aprovar as pessoas que saírem em peditório com a bandeira, providenciando para que não haja abuso ou profanação alguma. Ficam proibidas as chamadas folias, sendo permitido o rufo de tambores nas freguesias rurais, e proibidas as devoções feitas em casas particulares com a presença das bandeiras. d) – O programa e o orçamento da festa serão elaborados de acordo com o Reverendo Vigário, que fiscalizará o rendimento parcial e total, tanto do peditório como das promessas, salvas e leilões. e) – Desse rendimento total, com exceção das anuidades dos irmãos e oferta dos juízes e provedores, para integralizarem o pagamento das despesas da festa, entregar-se-á ao Vigário a porcentagem de vinte por cento para o Seminário Diocesano, salvos sempre os direitos paroquiais. f) – Esta disposição compreende todos os peditórios de festas com acompanhamento de bandeiras”[77].

Em 20 de março de 1911, o pároco Pe. Frei Meinrado Pierre, de acordo com as determinações do Sínodo Diocesano de 1910, pede licença ao bispo para “esmolar para a Festa do Divino Espírito Santo com a bandeira conforme as prescrições diocesanas ao festeiro do ano mil novecentos e treze, Sr. Luiz Paulino da Silveira”[78]. Em 24 de fevereiro de 1914, o referido pároco pede licença ao Bispo de Florianópolis para “esmolar com a bandeira do Divino Espírito Santo para a Festa de Pentecostes”[79], no que o bispo consente. No ano seguinte, 1915, o pároco volta a solicitar ao bispo “licença de sair a bandeira em peditório de esmolas”[80], no que o bispo novamente consente, mas faz uma ressalva: “com a bandeira, mas sem folia”[81]. Um ano mais tarde, 1916, por ocasião da Festa do Divino Espírito Santo, o pároco Pe. Frei Meinrado Pierre volta a escrever para o bispo nestes termos:

> "Cumprimentando respeitosamente V. Ex. Revma., venho humildemente pedir de nomear o Sr. João Medeiros dos Santos como festeiro da Festa do Espírito Santo e logo nomear o Conselho de Fábrica como comissão de promover a festa e ao mesmo tempo autorizar o tesoureiro fabriqueiro da Igreja Matriz de Santo Amaro do Cubatão para receber toda a arrecadação da festa, sejam esmolas, promessas, leilão etc"[82].

E sugere, na mesma correspondência, ao bispo novas proibições relacionadas aos festejos do Divino Espírito Santo:

> "Era talvez bom se constasse da mesma provisão que não é lícito o uso da folia nem na festa, nem na coroação do festeiro, nem no acompanhamento do festeiro para a igreja ou para casa, e que seja destinado o teatro do Divino Espírito Santo como lugar da coroação do festeiro. Seja-me permitido de chamar a atenção de V. Revma. que na circular Nº 4 não se fala das novenas em casas particulares com coroa e bandeira seja estendida a proibição de sair tanto a bandeira como a coroa para este fim"[83].

E parece-nos que a Mitra Diocesana acatou as sugestões do Pe. Frei Meinrado, o que fez com que parte da população se revoltasse contra as proibições. Nem tudo foi pacífico, de acordo com o Livro de Crônicas:

> "uns espíritos insubordinados, (...), fizeram oposição contra a determinação do Exmo. Sr. Bispo proibindo a saída da bandeira do Divino para angariar esmolas. Pretenderam tirar a bandeira à força. O Revdo. Vigário pediu ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por intermédio do Exmo. Sr. Bispo, a intervenção da Polícia. O dia determinado para tirar a bandeira era o dia 30 de abril. De noite, sem o povo o saber, chegaram seis praças da capital, comandados por um sargento e o digno Delegado de Polícia de Palhoça; e quando no outro dia os revoltosos os perceberam, não tiveram mais coragem nem de aparecer na vila e menos ainda falaram contra o Vigário"[84].

E, na tentativa de disciplinar a Festa do Divino Espírito Santo, o Pe. Frei Meinrado Pierre faz novas sugestões ao bispo do qual espera consentimento. Entre essas sugestões constavam as seguintes:

> "1. – Tendo abolido o peditório pela bandeira, será talvez lícito de angariar esmolas por pessoas vestidas de opas. Note Bem: Não por todas foi bem aceita a forma de angariar esmolas com o cetro e mesmo pessoas sérias e bem religiosas me disseram que não achavam bom de sair o cetro; pois era a mesma coisa, como a bandeira e podiam se dar os mesmos abusos mais tarde. 2. – O rendimento da arrecadação de esmolas, do leilão, promessas somente pertence à igreja e o imperador não terá direito sobre este dinheiro. A Igreja então faz a Festa e o Festeiro tem só o dever de deixar se coroar. Note Bem: Querendo o festeiro fazer a sua festa à sua custa. Todo o rendimento será entregue ao tesoureiro do Conselho.
> 3. – Um mês antes da festa haverá reunião do Conselho à qual também é chamado o festeiro para combinar sobre a festa.
> 4. – A respeito do estilo da festa, o Conselho da Igreja houve por bem o seguinte: Na sexta-feira antes da festa, depois da novena, o festeiro é acompanhado pela bandeira até a casa de sua parada na freguesia, não havendo novena na casa do festeiro. Note Bem: Julga ser conveniente ao menos aqui em Santo Amaro acabar o leilão com uma novena no império para evitar bailes etc. Como me consta só nestes dois lugares há o costume de rezar novenas nas casas dos imperadores. No sábado de noite virá o festeiro acompanhado pela bandeira para a igreja, depois da novena irá com o mesmo acompanhamento até o Teatro do Divino Espírito Santo onde terá lugar o leilão. No fim do leilão o festeiro será acompanhado com a bandeira até a casa dele na freguesia ou não – não sei o que faz melhor. No domingo às 09 horas o festeiro deve estar no Teatro do Divino Espírito Santo onde ele será coroado, cantando-se o verso do Divino Espírito Santo. Às 10 horas começa a Missa Solene. Depois da Missa haverá no teatro o sorteio do novo imperador e pagamento de promessas. De noite haverá novena e leilão. Na segunda-feira, coroação do novo imperador. Ficando a bandeira, coroa e cetro na igreja. Note Bem: Talvez seja conveniente de aprovar um estilo de festa em geral ou cada um Vigário requerer a

> aprovação do estilo ao próprio seguindo os costumes do lugar, do Revmo. Ordinário, para evitar que os leigos e certas pessoas se ingerir na direção da festa pelo seu gosto, dificultando assim a ação do Vigário"[85].

Mediante a documentação histórica a que tivemos acesso, percebe-se que a proibição do uso da bandeira perdurou até 1918 quando, a pedido do Pe. Frei Policarpo, Dom Joaquim Domingues de Oliveira concedeu licença "desde que não haja abuso de espécie alguma antes mui moderação e simplicidade"[86]. O Segundo Sínodo Diocesano de Florianópolis, realizado em 1919, mantém-se irredutível com relação à realização de folias mantendo-as "absolutamente proibidas"[87], mas libera os peditórios com a bandeira, determinando que sejam "feitos por pessoas de reconhecida religião e probidade, e aprovadas pela autoridade diocesana"[88]. E para manter as prescrições diocesanas, "corrigir infrações e manter o respeito à lei, invocar-se-á, se preciso for, o auxílio das autoridades civis"[89]. Em 1921, "foi celebrada a Festa do Divino Espírito Santo com toda a solenidade. O festeiro obedeceu em tudo às determinações do Revmo. Sr. Bispo. Não houve folia. O novo festeiro prometeu também seguir o mesmo caminho"[90]. Em 1926, o vigário Pe. Frei Clemente Tambosi pede autorização ao bispo "para poder sair a bandeira do Espírito Santo angariando esmolas"[91], ao que o bispo concede. Naquele ano, 1926, "a Festa do Divino Espírito Santo correu em boa ordem. Não houve nenhuma das acostumadas encrencas por parte do festeiro contra o Vigário, que exige às vezes usos antigos que foram proibidos pelo Sr. Bispo"[92]. Em 1927, a Festa do Divino foi "celebrada com a solenidade de costume"[93]. Passado um ano, em 1928, conforme cita o Livro do Tombo da Paróquia, tem-se "a maior de todas as festas em Santo Amaro"[94], a qual foi "celebrada com toda a pompa e solenidade"[95]. O festeiro

> "em tudo se conformou com as determinações do Sr. Arcebispo, com exceção das duas novenas de sábado e domingo à noite que, depois de serem rezadas na igreja, rezaram-se também numa casa da Freguesia. Este costume inveterado, contra as determinações da Cúria, ao qual o povo está aferrado, tão ligeiro não poderá ser abolido"[96].

Em 1931, a festa "foi celebrada com toda a solenidade, concorrência e boa ordem"[97]. Em 1932, além da pompa, a festa foi celebrada "com todas as cerimônias um pouco esquisitas"[98]. Em 1938, a Cúria Metropolitana envia outra carta circular normatizando os festejos em honra ao Divino Espírito Santo, "proibindo terminantemente o abuso das folias por ocasião em que passa o peditório com a Bandeira"[99]. A Festa do Divino realizada em 1938 obedeceu ao seguinte programa:

> "Sábado, dia 04 junho: O Imperador, acolitado pela Corte dos pajens e damas, recebido pelo Vigário da Paróquia, fará sua entrada solene na Matriz. Seguirá a novena solene com sermão. Finda a novena, o Imperador será acompanhado pelo Vigário, pela Corte e povo ao 'Império', artisticamente ornado, onde receberá as homenagens tradicionais. Lindas séries de fogos de artifícios darão a estas cerimônias um brilho excepcional. Domingo, dia 05 de junho: Às 9h30min formar-se-á o préstito solene na residência do Imperador que, acompanhado pelo povo, se dirigirá à Matriz. Às 10 horas, Missa Solene. O coro misto paroquial embelezará as funções litúrgicas com lindas composições musicais. Terminada a missa, o Imperador receberá as homenagens de praxe, assistindo ao leilão das 'massas' oferecidas. Nessa ocasião será eleito o novo Imperador que há de organizar os festejos do seguinte. Às 7 horas da noite será a última novena, à qual assistirá novamente o Imperador com sua Corte Real. Segunda-Feira, dia 06 de junho: Às 09 horas o Imperador com sua Corte, reunidos na Matriz, assistirá à Santa Missa. Após as funções religiosas, serão entregues as insígnias reais ao novo Imperador. Ao sair do recinto sagrado, o novo Imperador receberá as aclamações do povo. Sábado à noite e domingo durante o dia, organizar-se-ão uma quermesse com leilão, barraquinhas de bebidas e de café; jogos e bazar no adro da Igreja, em benefício da Matriz"[100].

Pela programação acima, é possível perceber certa estrutura no ritual da festa que, aos poucos, se consolidava. Em 1941, o Livro de Crônicas diz que

> "no decorrer dos anos acalmou-se, porém, o espírito da oposição tanto mais que, o atual Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, concedeu a saída da bandeira e do cetro do Divino para o sítio e o Pe. Vigário Clemente Tambosi – OFM regulava sempre mais à vontade do povo as cerimônias velhas com a coroação e recepção do 'Imperador' e seu acompanhamento da 'Imperatriz', Damas da Corte, vestidos no estilo velho e novo"[101].

Durante a missa, reservou-se um lugar especial, no interior da igreja, para o "Imperador, a Imperatriz e Damas da Corte"[102]. Já após a missa, o Pe. Vigário acompanhou a Corte Imperial para a casa da escola, onde foi realizada a eleição do novo Imperador para o ano seguinte. Sobre a investidura do novo festeiro diz o Livro de Crônicas: "antes da novena do mesmo dia (dia da festa) foi despido pelo Pe. Vigário o Imperador velho e vestido o Imperador novo"[103]. E faz uma ressalva: "com a Imperatriz não se faz esta cerimônia"[104]. E diz mais: "seria bom combinar, se for conveniente deste modo e com tantas cerimônias continuar as Festas do 'Divino' no futuro"[105]. E conclui:

> "as cerimônias e mais exigências inconvenientes dos primeiros anos da Irmandade do Divino Espírito Santo, fundada em 1874, conforme as quais o folião, isto é, bumbo, bandeira e música avançavam até o altar, felizmente estão supressas"[106].

Em 1943, a festa transcorreu "com o maior respeito e ordem"[107]. Além disso, o festeiro "entregou generosamente à Matriz todo dinheiro da bandeira e dos mordomos, fato inédito até agora nos anais da paróquia"[108]. Sobre o assunto o Livro de Crônicas diz o seguinte:

> "depois de se realizar a festa, o festeiro Sr. Oscar Schweitzer, filho de Santo Amaro e morador de Lages, doou generosamente à Matriz toda a importância das coletas da bandeira e também os donativos dos mordomos, fato inédito até agora nos anais da paróquia"[109].

Mas a entrega à Igreja Matriz de todo o dinheiro arrecadado pela bandeira estava longe de ser consenso entre a população. Em função disso, o Pe. Frei Fidêncio, na intenção de disciplinar os respectivos procedimentos, busca na Cúria Metropolitana normas claras e objetivas. Dessa forma, escreve ao bispo em 02 de março de 1949, cuja correspondência é respondida três dias depois pelo Pró-Vigário Geral, Pe. Frederico Hobold, nestes termos:

> "Em nome de S. Excia. Rvma., apraz-me acusar em mão o requerimento de V. Rvma. de 02 do corrente datado, informando haver encontrado nesta Paróquia a seguinte praxe: Cada ano, duas Bandeiras do Divino percorrem a Paróquia toda em determinado tempo para angariar esmolas, às quais se deduz a porcentagem costumeira para a Cúria, sendo o resto entregue ao Festeiro do respectivo ano para as suas despesas, sem que, nada receba a Matriz; e pergunta V. Rvma. se tal praxe está ou não de acordo com as Leis Arquidiocesanas. Antes de tudo, a praxe da Bandeira, em si, é louvável mas, necessita, como sabe, a autorização prévia da Cúria. Quanto às ofertas angariadas, deduzida a porcentagem da Cúria, o restante será entregue, mediante prestação de contas, ao Vigário da Paróquia, como Presidente ou Chefe nato da Fábrica, o qual administrará ou aplicará de acordo com as Leis Diocesanas. O Festeiro, segundo a verdadeira praxe nada recebe e nada aplica. Pelo contrário, desembolsa, se não que faz a festa toda a expensas próprias. E por ser esta a praxe verdadeira, também o será ou deverá ser da Paróquia de Santo Amaro da Imperatriz"[110].

E, continuando o processo de disciplinar a Festa, faltaria ainda, segundo o Pe. Frei Fidêncio Feldmann, normatizar o excesso de novenas na véspera da Festa do Divino. Costumava-se promover novenas em diversas residências, incluindo a do festeiro. Com esse objetivo, escreve à Cúria solicitando providências. Em 19 de abril de 1949, o Pró-Vigário Geral Frederico Hobold, responde

determinando que se faça uma só novena e essa na Igreja Matriz. Para contemplar os descontentes com as suas determinações, consente que, caso houvesse algum ritual tradicional realizado durante as novenas nas residências, o mesmo poderia ser realizado na Igreja Matriz. Veja o teor da resposta do Pró-Vigário Geral:

> "Em verdade, nada mais louvável do que conservar às festividades e, no caso, à do Divino Espírito Santo o cunho religioso que lhes é devido. Nem é para outro fim que são instituídas as festividades religiosas. Aí, para a referida Festa do Divino, costuma haver, à noite, a Novena, na Matriz. Nesse caso, parece dispensável outra novena aqui ou acolá, seja mesmo na residência do festeiro, ainda porque se o que a motivasse fosse algum número tradicional e honesto, este poderia ser incluído entre os que compõem a Novena na Matriz, – e, assim, com essa razoável concessão, tudo se regularia e todos ficariam satisfeitos. Em tese, pois, uma só novena, e esta, evidentemente, na Matriz"[111].

Em 1951, foi realizado o Quarto Sínodo Diocesano de Florianópolis, no qual mantiveram-se as deliberações do Segundo Sínodo realizado em 1919 com relação ao peditório com a bandeira, à proibição das folias e à "solicitação de quem de direito"[112], para prevenir possíveis abusos. Ainda de acordo com o Quarto Sínodo, os párocos deveriam:

> "reservar às festividades religiosas o seu próprio caráter, eliminando os abusos, como sejam folias, danças, etc., e impedir o desvio das esmolas, recolhidas a título de festas, para profanidades ou qualquer emprego alheio ao seu próprio destino"[113].

Disciplinado o destino das esmolas angariadas com a Bandeira, surgiram outras preocupações, relacionadas à possibilidade do uso de tambores e canções durante o percurso realizado pelas Bandeiras. Mas, por considerar a disciplina havida em anos anteriores e o que determina o Artigo 280 do Primeiro Sínodo, a Cúria autorizou, em 1953, "o rufo dos tambores e mesmo alguma canção honesta"[114]. Autorizou também a presença da Bandeira em casas particulares, sob as seguintes condições:

> "a) – que se trate de pessoas de absoluta confiança, no lado moral e no que toca a dinheiros; b) – que o Vigário ou quem o represente fiscalize o rendimento não só do peditório, como das promessas, salvas, etc.; c) – que sejam satisfeitos os emolumentos da Cúria, isto é, a percentagem devida ao Seminário, e ainda o correspondente à Provisão da Cúria, etc. Enfim, evitados os abusos, talvez se possa transigir com certos costumes antigos do povo, sobretudo na zona rural. Isto, bem entendido, por esta vez, pois que sempre se requererá provisão da Cúria, por escrito, digo, autorização por aquela forma"[115].

Além dessas preocupações, em 1953, surgiram outras também de ordem moral denominadas de "grandes folias e imoralidades durante as noites da festa"[116]. Os padres assim escrevem suas preocupações no Livro do Tombo:

> "a Festa do Divino com suas demonstrações tradicionais nos trouxe bom tempo e muitíssima gente, (...), deixou-nos, porém, a festa com a grande preocupação de como terminar ou diminuir as grandes folias e imoralidades durante as noites da festa"[117].

Mas as preocupações em disciplinar os rituais referentes à Festa do Divino continuavam. Em 1954, o Pe. Frei Modesto Terlau, preocupado com as "folias e foliões" durante a Festa, escreve ao Vigário Geral da Arquidiocese de Florianópolis, solicitando instruções de como proceder. Em resposta, a Cúria informa que deve ser observado o que determina a respeito o Primeiro Sínodo da Diocese de Florianópolis, datado de 1910. Eis o teor da citada resposta:

> "Tenho em mão a sua (correspondência) de 09 do corrente datada, tratando das folias e foliões por ocasião da Festa do Divino Espírito Santo, e pedindo providências com que evitar abusos e discórdias que fazem pouca honra ao culto católico. Em verdade, já é tempo para que esse uso ou abuso fique definitivamente disciplinado. Honrar o Espírito Santo é por certo um propósito inegavelmente louvável. Mas há modo e modos. E não há dúvida que o melhor modo, modo mais aconselhável, o modo exclusivo, é o que já tem merecido a atenção de todos os governos

> diocesanos e que se encontra claramente exarado no 1º Sínodo. Vou transcrevê-lo para que V. Revma. o possa ler aos que desejarem auxiliá-lo naquela grande devoção mas também excluir e mesmo denunciar à autoridade policial todos quantos não desejam submeter-se aos regulamentos da igreja e aproveitam as festas para abusos ou conveniências pessoais. – O nº 280 do 1º Sínodo, já referido, diz textualmente: 'c) – O Revdo. Vigário tem o direito e o dever de escolher com o promotor da festa e de aprovar as pessoas que saírem em peditório com a bandeira, providenciando para que não haja abuso ou profanação alguma. Ficam proibidas as chamadas folias, sendo permitido o rufo de tambores nas freguesias rurais, e proibidas as devoções feitas em casas particulares com a presença da bandeira'. Essa é a lei, e ninguém que se diga católico pode menosprezar ou arrogar-se acima da lei. Pode ser lido, como disse, aos interessados; mas também pode ser lido e comentado do púlpito para a honra da Religião e também para a honra da paróquia. E na certeza de que esta medida não deixará de produzir os melhores resultados, permaneço a seu dispor"[118].

Em abril de 1954, em carta enviada pela Cúria, são enviadas também as normas a serem tomadas pelos padres de Santo Amaro com relação ao peditório com a bandeira, que são as seguintes:

> "1) – Pode-se cantar por ocasião do peditório, contudo que sejam cânticos religiosos e não de amores etc. 2) – Os instrumentos podem ser rabecas e tambores, não porém pandeiros etc. que servem para folias. 3) – Salva, promessas, leilões serão anotadas em caderneta para evitar desconfiança e falatório. 4) – Transcrevo o parágrafo único: Para prevenir possíveis abusos, serão feitas explicações claras do púlpito; e, se fosse o caso, solicitada a intervenção de quem de direito. (Quer dizer, conforme comentário do Vigário Geral: eventuais medidas policiais e coercitivas)"[119].

A partir da realização da primeira Festa dedicada ao Divino Espírito Santo, em 1854, há a informação da inclusão da segunda-feira nos dias a ela destinados[120]. Há longos períodos nos anais da paróquia em que a segunda-feira destinada à festa não é citada. Mas, em 1916, na tentativa de disciplinar o ritual da festa é sugerido que na segunda-feira seja realizada a "coroação do novo imperador"[121]. Em 1959, o Livro do Tombo cita a segunda-feira como um dos dias festivos em honra ao Divino Espírito Santo e no qual foi realizado um baile, a partir do meio dia, conforme regulamentação da Cúria Metropolitana[122]. Em 1970, o Livro de Crônicas da Paróquia evidencia, novamente, a inclusão da segunda-feira nos dias destinados à Festa do Espírito Santo[123]. No ano seguinte, na Festa do Divino "tudo correu às mil maravilhas"[124]. No evento, em 1975, os anais da paróquia registram pela primeira vez o ato denominado "enterro dos ossos"[125], realizado na segunda-feira, no período da tarde. O referido ato, naquele ano, consistiu num Cortejo festivo, regado a bebidas e diversões ao som da banda de música, no qual "um caixão de ossos foi levado pelo centro da cidade com cantigas do velho carnaval, acompanhado pela banda de música. Os bares deixaram suas portas franqueadas para oferecer cerveja aos componentes do cortejo fúnebre"[126]: era o enterro dos ossos. Ainda que o primeiro registro do "enterro dos ossos" tenha sido efetuado somente em 1975 nos anais da paróquia, é plausível que a sua efetiva instituição tenha sido em data anterior. Sobre o início dessa tradição em Santo Amaro, Dona Judith Ramos Müller, afirma que:

> "meu pai, José Francisco Ramos, costumava dizer que, na tarde da segunda-feira da Festa do Divino Espírito Santo, após o término das festividades, alguns dos que nela trabalharam se reuniam para tomar uma cerveja e iniciar a limpeza dos salões e pátios. Era apenas uma reunião festiva daqueles que, em função de estarem prestando seus serviços durante a realização da festa, se reuniam após o seu término, para uma pequena confraternização entre amigos"[127].

Mas, se essa foi a motivação da instituição do ritual do Enterro dos Ossos na Festa do Divino em Santo Amaro da Imperatriz, o certo é que, com o passar do tempo, ele incorpora características próprias exclusivas. Em 2001, o ritual do Enterro dos Ossos foi descrito da seguinte forma:

> "o festeiro (imperador) é colocado num caixão de madeira enfeitado com flores e conduzido pelo meio do público, acompanhado pela Banda (de Música). Outras pessoas assumem o lugar no caixão, inclusive o festeiro (imperador) do ano seguinte (...). O desfile pelas ruas da cidade é marcado pela distribuição gratuita de chope, levado na

> carroceria de um caminhão. Além de beber à vontade, os participantes jogam o chope uns nos outros e nos que passam, lembrando um pouco os tempos do entrudo. (...). O desfile retorna ao pátio da Matriz, onde há um conjunto musical para fechar a Festa"[128].

Ressaltamos também que, apesar da documentação evidenciar a inclusão da segunda-feira, após o dia de Pentecostes, como um dos dias destinados à realização da Festa do Divino Espírito Santo desde a sua criação em 1854, a história registra que a sua oficialização, enquanto feriado municipal em Santo Amaro, data somente a 08 de maio de 1997. Naquela data, o então prefeito Pedro Martendal sancionou a Lei de nº 1.183, instituindo "como Feriado Municipal, de conotação cultural, a segunda-feira destinada às atividades do Divino Espírito Santo"[129]. Em 1990, a festa sofreu críticas com relação ao luxo e ostentação que apresentava, como se observa no Livro de Crônicas da Residência dos Franciscanos de Santo Amaro:

> "O desfile do Imperador com sua Corte está sendo criticada, pois o luxo e ostentação já não tem nada de sua origem. Além disso, o desfile incute no povo a mentalidade que na Igreja devemos ser submissos aos ricos e ditadores"[130].

●●●●●

"Assim como os três reis magos
Que seguiram a estrela-guia
A Bandeira segue em frente
Atrás de melhores dias, ai, ai..."
"Bandeira do Divino", Ivan Lins

A largada para as comemorações da Festa Dedicada ao Divino Espírito Santo, que se realiza no domingo de Pentecostes, é iniciada no domingo de Páscoa. Na ocasião, realiza-se uma Missa na Igreja Matriz, finda a qual ocorre a saída das Bandeiras Peditórias conduzidas pelos procuradores, os quais visitarão todos os paroquianos. A bandeira se constitui num mastro encimado por uma pomba, geralmente esculpida em madeira. Este mastro é revestido por um pano vermelho retangular (daí o nome bandeira) que apresenta uma pomba em branco e de onde emanam sete raios dourados, representando os sete dons do Espírito Santo. Abaixo da pomba entalhada pode haver flores e, na maioria delas, fitas coloridas, as quais são abençoadas na Igreja e das quais poderão ser cortados pedaços pelas pessoas que recebem a Bandeira Peditória em suas casas, onde são guardadas como sinal de bênção. Muitas vezes são os devotos que colocam as fitas coloridas junto à bandeira para agradecer ou pedir uma graça ao Divino Espírito Santo.

Procurador é a pessoa responsável pelo trajeto da Bandeira Peditória, sendo que a ele, às vezes, se unem mais pessoas, com as funções de levar a bandeira, tocar o tambor e soltar fogos, anunciando a proximidade da bandeira às casas dos paroquianos, bem como às lojas, casas de comércio, órgãos públicos, etc. Algumas pessoas acompanham o trajeto da bandeira para pagar promessa. Ao longo do trajeto, os componentes do grupo levam instrumentos de percussão (tambor e bumbo) e foguetes para anunciar a passagem da Bandeira Peditória. Como ninguém é tão pobre que não tenha o que ofertar ao Divino nem tão rico que a Ele não precise pedir nada, a "Bandeira" é entronizada, de porta em porta, em todas as comunidades filiadas à Paróquia, acompanhada de rezas, cantos e coletas de donativos. Ao chegar às casas, seus moradores se aglomeram num de seus cômodos para receberem a bênção do Divino, ocasião em que beijam a pomba do Divino ou as fitas existentes em seu mastro e depois recebem um folder com o convite para a Festa do Divino Espírito Santo, a programação das novenas e uma oração ao Espírito Santo. Após reverências e bênçãos recebidas, a família visitada, em sinal de agradecimento, oferece uma contribuição. A visita da Bandeira Peditória é geralmente acompanhada por cantoria e instrumentos, a chamada Folia do Divino. Algumas famílias promovem novenas ao Espírito Santo, com a presença da bandeira, ocasião em que se esmeram na decoração de suas casas com motivos religiosos para receberem familiares e vizinhos e fazer as orações e a cantoria do divino. Nas casas onde acontecem as novenas de tradição açoriana, quase sempre nas residências dos Procuradores, são erguidos altares em honra ao Divino Espírito Santo e, é nestes altares que o Capelão entoa as orações e a ladainha em honra a Nossa Senhora e ao Divino Espírito Santo. Terminada a novena, o Procurador realiza um leilão das massas oferecidas ao Divino. Logo após, em algumas ocasiões, um Grupo Folclórico realiza a cantoria do Divino, sendo que o folião mestre entoa os versos (solo) e os demais componentes do grupo os repetem com uma melodia bastante harmoniosa. Os versos são inspirados na hora,

baseados na realidade ali presente. Finalizada a cantoria, é passada a salva entre os devotos para quem quiser oferecer sua contribuição. Em seguida, a bandeira é levada pelo Procurador entre os fiéis para ser beijada. Aos cantores, capelão, convidados e demais presentes é também servido um café com pães, bolos ou outros doces ou, ainda, um coquetel, sempre oferecido pelo Procurador ou dono da casa, como forma de agradecimento pelos dons recebidos.

Nove dias antes de Pentecostes, as Bandeiras Peditórias retornam à sede paroquial, tendo início as novenas na Igreja Matriz. Essas novenas são preparadas pelas mais diversas pastorais da paróquia e nelas são refletidos aspectos referentes ao Espírito Santo e sua ação na Igreja.

A Festa do Divino, festa religiosa itinerante, é realizada no final de semana de Pentecostes, data em que a Igreja Católica comemora a descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos e Nossa Senhora, e ocorre sete semanas depois do domingo de Páscoa. Interessante salientar que, em Santo Amaro da Imperatriz a referida festividade não obedece a um ritual fixo possibilitando, desta forma, o incremento ou a abolição de alguns aspectos considerados convenientes pela comissão organizadora da festa ou pelo próprio Casal Imperial.

Dessa forma, na sexta-feira, que antecede ao domingo de Pentecostes, marcando o início da Festa, o Prefeito Municipal entrega as chaves da Prefeitura ao Casal Imperial, simbolizando que nos três dias de festividades ele impera na cidade. Para os festejos, as ruas da cidade são decoradas com bandeirinhas, conferindo-lhes um ambiente ímpar de festa. As residências e, sobretudo, as vitrines das lojas comerciais da área urbana da cidade também são ornamentadas com símbolos que remetem ao Espírito Santo.

No sábado, os festejos são iniciados com a realização do Cortejo Imperial. Às 18h15min, a Banda de Música, três Bandeiras Peditórias[131] acompanhadas pelos padres devidamente paramentados, saem da Igreja Matriz e se dirigem à sede da Prefeitura Municipal buscando a Corte e o Casal Imperial para a Missa da Coroação. Uma grande multidão se aglomera na Praça Ivo Silveira a espera da Corte Imperial, que solenemente sai do recinto da Prefeitura Municipal. Lá, estão o Casal Imperial, o Imperador, a Imperatriz e sua Corte para representar o ritual instituído pela Rainha Isabel, no século XIV: dirigir-se com a Corte Imperial para a igreja e oferecer a coroa imperial ao Espírito Santo.

Às 18h30min, o trânsito de veículos é interrompido na rua principal da cidade, momento em que três porta-bandeiras deixam a sede da Prefeitura Municipal, ao som da banda de música, abrindo caminho para o Cortejo Imperial, os padres, o casal festeiro, seus convidados e autoridades constituídas que se dirigem à Igreja Matriz. O casal festeiro leva nas mãos a Coroa, lavrada em prata. Ela é imperial, com cinco braços, cuja junção se dá na extremidade superior onde há uma esfera representando o globo terrestre, e sobre ela, de asas abertas, pousa a pomba, símbolo do Divino Espírito Santo; ela é a insígnia principal de um conjunto formado pelo cetro, a salva e a espada[132]. A coroa é colocada em cima da salva que lhe serve de apoio durante o Cortejo Imperial. O cetro significa o poder temporal do Rei. É um bastão de prata lavrada, composto de um punho com algumas saliências, encimado por uma esfera na qual assenta uma pomba. Na ponta do cetro é amarrada uma fita vermelha. É sempre levada pela menina ou adolescente que forma o casal de Imperatriz e Imperador. Esse casal é formado quase sempre por crianças ou adolescentes, normalmente filhos dos festeiros ou de seus parentes próximos. Durante os festejos, a coroa e o cetro deixam de ser "símbolos do poder temporal do 'imperador' para constituírem símbolos do próprio Espírito Santo e objetos de veneração e culto"[133]. O casal que representa o Imperador e a Imperatriz veste-se com roupas luxuosas que remetem à Corte portuguesa, acompanhadas de mantos bem decorados com bordados e brilhos. Está sempre trajado, com indumentárias e acessórios que remetem ao século XIV, época em que a Rainha Isabel institui a festa, desde o modelo dos cabelos, roupas, luvas, calças, meias, vestido longo rodado bordado, e o Imperador com calças em meia canela, meias três quartos, sapato estilo imperial. A Imperatriz leva nas mãos o cetro e o Imperador, a espada. A Imperatriz leva em sua cabeça uma coroa toda ornamentada de brilhos e o Imperador, um chapéu ornamentado de penas. Atrás dos imperadores vai um casal que segura as capas.

A Corte é composta pelo Imperador e a Imperatriz, os pajens e as damas da Corte (também crianças ou adolescentes), geralmente seis casais, que também vestem roupas que remetem ao

século XIV. Essas roupas são quase sempre confeccionadas em tecidos nobres como o veludo e bem ornamentadas, de acordo com a disponibilidade financeira do Casal Imperial que financia a Corte e boa parte das comemorações. O Casal Imperial é o responsável pelo provimento financeiro do evento, assumindo pessoalmente o custeio de parte dos festejos, isto é, pelos trajes da Corte Imperial e pela ornamentação da festa[134].

O Cortejo Imperial é montado obedecendo a uma ordem extremamente elaborada e consignada pela tradição. Em primeiro lugar, vêm as três moças conduzindo as bandeiras do Divino, chamadas de porta-bandeiras. A seguir, quase sempre, é uma menina (criança) que carrega uma almofada trazendo bordada a pomba do Espírito Santo. Logo após, vêm as damas da Corte e os pajens, sendo que número de casais varia conforme a deliberação do festeiro. Na seqüência, vêm o Imperador e a Imperatriz e, após estes, o casal de festeiros, trazendo o principal símbolo da festa: a coroa. Devidamente constituída, a Corte Imperial caminha solene e pomposamente pelas principais ruas da cidade até a Igreja Matriz para a Missa da Coroação, enquanto a Banda executa músicas apropriadas para a ocasião. A Corte e o séqüito imperial ocupam uma posição de grande relevância no ritual dos festejos. Centenas são os paroquianos e turistas que se aglomeram nas calçadas para prestigiar a centenária tradição. O Imperador, a Imperatriz, a Corte Imperial e o casal festeiro entram pela porta principal da Igreja Matriz – ricamente ornamentada para a ocasião e pequena para abrigar os milhares de fiéis que participam da solenidade – e se colocam junto ao altar, de frente para o povo, para o início da liturgia solene em homenagem ao Espírito Santo. Já na igreja, em algumas ocasiões, é executada a Cantoria do Divino[135], seguida da solenidade da Coroação do Imperador, pelo Padre, após lhe ser entregue a coroa pelo Casal Imperial. A Coroação do Imperador é um dos principais momentos da cerimônia religiosa e consiste na imposição solene da Coroa ao Imperador. No altar, a Imperatriz fica com o cetro na mão e o Imperador, com a espada.

Antecedendo esse ritual, acontece a leitura de um histórico sobre a Festa do Divino atribuindo a sua instituição à Rainha Santa Isabel de Portugal, esposa de Dom Dinis. Instituída em Alenquer, em Portugal, no século XIV, após um conturbado período caracterizado por instabilidades políticas em Portugal.

Momentos depois, o padre retira a coroa da cabeça do Imperador, entrega-a ao Casal Imperial que a coloca sobre a salva e a oferece ao Divino Espírito Santo, colocando-a solenemente sobre o altar, onde fica durante a celebração da missa. Após a oração da Comunhão, já no término da missa, o Casal Imperial retoma a coroa que está sobre o altar e a entrega ao padre para que efetue a Coroação do Imperador. Dada a bênção final, as Bandeiras Peditórias acompanhadas da Corte Imperial e dos Padres, deixam em procissão o recinto da Igreja Matriz e, em meio à multidão que abre passagem, seguem para o salão de festas, acompanhas pela Banda de Música, ocasião em que são realizados shows pirotécnicos. No salão, é preparado o 'Império', objeto de uma decoração particularmente cuidada, onde avultam ornamentações que remetem ao Espírito Santo, constando nele o trono do Imperador. Ali, ficam expostos para "veneração", ao mesmo tempo em que é realizada uma seção de fotografias, o casal de Imperadores, a Corte, as Bandeiras Peditórias, a coroa do Divino, o cetro, a espada, enquanto a banda de música faz sua apresentação. Esse trono improvisado é altamente luxuoso, sendo que, de uma festa para outra, sofre várias mudanças. Cada casal festeiro deseja fazer sempre o melhor. O trono é decorado com flores, grama, chafariz, carruagens, gaiolas de pombas, etc. É lá que a família imperial recebe os cumprimentos. O luxo da Corte e de seu Império faz com que a Festa do Divino de Santo Amaro da Imperatriz seja considerada "a mais pomposa do Estado"[136] de Santa Catarina. As massas são outro ponto de destaque da Festa de Divino Espírito Santo. São massas trazidas pelos devotos como pagamento de promessas pelas graças recebidas ou adquiridas pela organização do evento; todas são colocadas sobre uma grande mesa, onde permanecem expostas até o último dia da festa, segunda-feira[137]. Nesta ocasião, são leiloadas e arrematadas pelo festeiro do próximo ano. Ele as distribui aos pobres da comunidade numa imitação do bodo imperial realizado na ocasião da instituição dos festejos do Divino Espírito Santo, em Portugal. Quando resulta de promessas, a doação das massas pode ser concebida como uma contra-dádiva à dádiva divina recebida. Também chamadas de ex-votos, são massas de pão feitas nos mais diversos formatos, geralmente na forma da parte do corpo doente que deu motivo à promessa realizada em ocasiões de doenças ou aflições. Deste modo, são oferecidas pernas, mãos, braços, corações, cabeças, pés e outros órgãos, que no decorrer da festa são adquiridas nas imediações do Império e oferecidas simbolicamente ao Divino, em louvor a uma graça obtida. Os fiéis costumam adquirir essas massas, geralmente com o formato do corpo que deu

origem à promessa, e, de posse dela, deslocam-se até a Corte Imperial. Lá, ajoelham-se diante do Casal Imperial e beijam a pomba em cima no cetro, que fica na mão da Imperatriz. Após o ritual, não raras vezes, as massas adquiridas pelos fiéis são por eles oferecidas ao Espírito Santo e, por isso, devolvidas para que outros possam dela se utilizar. O ritual do Cortejo Imperial e da Missa da Coroação é repetido no domingo pela manhã e à noite, e na segunda-feira pela manhã. Em cada cortejo, a corte imperial troca de figurino tornando o evento ainda mais luxuoso e atrativo. No domingo às 12 horas, a Família Imperial e seus convidados promovem um almoço festivo num dos salões paroquiais, a exemplo da "função" ou "sopa do Espírito Santo" existentes nos Açores[138]. É um grande banquete oferecido pelo festeiro para os seus convidados especiais. No domingo, antes do término da missa das 19 horas, o Casal Imperial anuncia o nome de seu sucessor para o próximo ano, o qual foi previamente convidado. Assim que anunciado, o novo Casal Imperial se desloca ao presbitério onde recebe os cumprimentos do Casal Imperial e dos padres e depois acompanha solenemente o cortejo para o Império instalado no salão paroquial onde recebe os cumprimentos de parentes e amigos. Na missa da segunda-feira, oficiada às 10 horas, é realizada a coroação do Novo Imperador. O novo Casal Imperial, o novo Imperador e a nova Imperatriz e convidados participam do cortejo, iniciado às nove horas trinta minutos. Chegando à Igreja Matriz, o Imperador e a Imperatriz cedem seu lugar no trono para o novo casal de Imperadores. Lá, o novo Imperador e Imperatriz recebem o manto imperial de seus antecessores, sendo depois realizada a solene coroação do novo Imperador. E ali, do trono, ele participará da missa. Ao término da cerimônia religiosa, o cortejo, já com o novo imperador coroado, se dirige para o Império. É interessante notar que a partir desse ato de coroação tem-se a presença de dois imperadores, um efetivo, coroado no ano anterior, cujo "mandato" está se extinguindo, e outro, também efetivo porque coroado, cujo mandato, porém, ainda não começou.

Na segunda-feira também é promovido um almoço festivo, só que, desta vez, ele é oferecido pelo casal festeiro do ano seguinte, aos seus convidados.

O Enterro dos Ossos acontece na segunda-feira, geralmente a partir das 15 horas. Na tarde deste dia, que se tornou um feriado municipal, as Bandeiras Peditórias, a coroa, o cetro e a espada, são conduzidos em procissão pelas duas famílias imperiais, em trajes menos pomposos, acompanhadas pela banda de música e entregues ao pároco na capela interna da casa paroquial. Em seguida, o festeiro é colocado por populares num caixão de madeira enfeitado com flores e conduzido pelo meio do público, acompanhados pela Banda de Música. Na seqüência, outras pessoas se revezam no caixão, inclusive o festeiro do ano seguinte, enquanto o desfile segue por algumas ruas da cidade, caracterizando-se pela distribuição gratuita de chope, levado na carroceria de um caminhão. Além de beber à vontade, os participantes jogam o chope uns nos outros e nos que passam, numa grande brincadeira. O desfile retorna ao pátio da Igreja Matriz, onde um conjunto musical faz um show de encerramento da Festa.

Passados 150 anos da instituição da Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz, apesar dos "abusos antigos e reformas prescritas"[139] pelo clero, continua sendo o grande referencial religioso-folclórico da homônima e também sesquicentenária paróquia. Inserida na cultura popular, a Festa do Divino tem representações religiosas e profanas, as quais incidem no modo de ver e compreender o mundo da comunidade local, há um século e meio.

RELAÇÃO DOS CASAIS IMPERIAIS – FESTEIROS – DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ[140]

ANO	NOME DO CASAL IMPERIAL FESTEIRO	OBSERVAÇÕES	FONTE
1854	-	-	-
1855	-	-	-
1856	-	-	-
1857	-	-	-
1858	-	-	-
1859	-	-	-
1860	-	-	-

1861	-	-	-
1862	-	-	-
1863	-	-	-
1864	-	-	-
1865	-	-	-
1866	-	-	-
1867	-	-	-
1868	Manoel Antônio Soares do Nascimento	-	Jornal **O Constitucional**. Desterro-SC, de 02/07/1868, p. 3.
1869	-	-	-
1870	-	-	-
1871	-	-	-
1872	-	-	-
1873	-	-	-
1874	-	-	-
1875	Domingos Antônio Vieira	-	CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico...", p. 96.
1876	Cândido Antônio de Borba	-	CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico...", p. 99.
1877	João Eleutério Farias	-	-
1878	Domingos Barbosa Valente	-	-
1879	Jacob Philippi	-	-
1880	Camilo Antônio de Mattos	-	-
1881	Manoel José da Silva	-	-
1882	Antônio Lourenço de Medeiros	-	-
1883	Francisco Antônio de Morais	-	-
1884	Merenciano Francisco da Rosa	-	-
1885	Francisco Lourenço de Medeiros	-	-
1886	José Marcelino Vieira	-	-
1887	João Ferreira da Cunha	-	-
1888	Francisco Alexandre de Campos	-	-
1889	Emerenciano José Silveira	-	-
1890	José Pedro Koerich e Carolina Werner	-	Informação de familiares
1891	Carlos Jacobi Lünnback	-	-
1892	José Henrique Klöppel e Ana Clara Schürhaus	-	-
1893	Manoel Francisco Felisbino	-	-
1894	João Galdino Duarte	-	-
1895	Chrispim Lourenço de Silva	-	-
1896	Antônio Vieira Amaro da Rosa	-	-
1897	Camillo Antônio Valente	-	-
1898	Manoel Antônio Soares do Nascimento	-	-
1899	Leopoldo Bernardo Broering	-	-
1900	Gustavo Richard	-	-

1901	Frederico Bernardo Broering	-	-
1902	Jorge Brüggemann	-	-
1903	Davi Claudino D'Ávila	-	-
1904	Alfredo Magno da Silva Porto	-	-
1905	Henrique Becker	-	-
1906	Gregório Trierweiler	-	-
1907	Augusto Guniewald	-	-
1908	Pascoal Antônio Coelho	-	-
1909	Josué Di Bernardi	-	-
1910	Antônio H. Lehmkuhl	Braz Campos de Araújo cita: Marcolino José Costa	Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1910-1915), documento datado de maio de 1910. AHESC.
1911	José Ferreira de Macedo	Braz Campos de Araújo cita: Jacob Philippi Knabben	Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1910-1915), documento datado de 18 de abril de 1911. AHESC.
1912	Ladislau Leôncio Martins	-	-
1913	Luiz Paulino da Silveira	Braz Campos de Araújo cita: Paulo Henrique Broering	Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1910-1915), documento datado de 20 de março de 1913. AHESC.
1914	Carlos Antônio de Borba	-	-
1915	Ângelo Francisco de Campos	-	-
1916	João Medeiros dos Santos	Braz Campos de Araújo cita: Pedro Durieux	Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1915-1919), documento datado de 03 de março de 1916. AHESC.
1917	Jorge Nicolau Berbe	-	-
1918	Camillo Afra Valente	Braz Campos de Araújo cita: Tebiôni de Oliveira	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 2.
1919	José Laurindo Machado	-	-
1920	Mansur Elias e Maria Salum Elias	-	-
1921	João Cordeiro	-	-
1922	João Schwartz e Albertina Goedert	-	-
1923	Pedro Della Rocca	-	-
1924	Baita Elias	-	-
1925	Antônio Barbosa	-	-
1926	Jordino Tomas Coelho	-	-
1927	Antônio Luiz Amorim	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 22v.
1928	Pedro Althoff e Clara Althoff	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 28v.
1929	Elizeu Di Bernardi	Braz Campos de Araújo cita: Felício Mansur Elias	Informação de Judith Ramos Müller
1930	José Cunha	-	-
1931	José Mansur	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 36.
1932	Estêvão Becker e Maria Becker	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 38.

1933	Leogildo Gomes	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 41.
1934	Ernesto Pedro Rosar	-	Informação de Judith Ramos Müller
1935	Nelson Cordeiro e Marieta Cordeiro	-	-
1936	Gaspar Antônio Abreu	-	-
1937	Paulo Becker	-	-
1938	João Ferreira de Sousa e Maria de Sousa	-	-
1939	João Duarte da Silva e Ana Klöppel	Braz Campos de Araújo cita: João Duarte	Informação de Judith Ramos Müller
1940	Bernardo Knabben (Werner) e Alaíde Duarte Knabben	Há a informação que Adolfo Derner teria sido o Festeiro. Cf. Livro do Protocolo 7, p. 195, nº 13.214. AHESC.	-
1941	Manoel Venâncio da Silva e Amélia da Silva	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 54.
1942	José Pedro Gerent e Leopoldina Gerent	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 54.
1943	Oscar Schweitzer	Braz Campos de Araújo cita: Augusto José Brüggemann	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 55.
1944	Júlio Jacob Broering e Olga Elias Broering	-	-
1945	Manoel Augusto	-	-
1946	Manoel Júlio Pereira e Paulina Pereira	-	-
1947	Felício Mansur Elias	Braz Campos de Araújo cita: Eliseu Di Bernardi	Informação de Judith Ramos Müller
1948	Orlando Becker e Maria Hüntemann Becker	Braz Campos de Araújo cita: Oscar Schweitzer	Informação de Judith Ramos Müller
1949	Augusto Jorge Brüggemann e Catarina Brüggemann	Braz Campos de Araújo cita: Orlando Becker	Informação de Judith Ramos Müller
1950	João Mansur Elias e Ada Elias	-	-
1951	Alfredo F. Broering e Maria Broering	-	-
1952	Joaquim Agostinho Eller e Carolina de Abreu Eller	-	-
1953	André Nicolau Coelho Edite do Nascimento Coelho	-	-
1954	João Marcolino Costa e Amélia Ramos Costa	-	-
1955	Emílio Medeiros	-	-
1956	João Guilherme Klöppel e Ilsa Seemann Klöppel	-	-
1957	Pedro Mansur Elias e Odete Elias	-	-
1958	Antônio J. Campos e Nair K. Campos	-	-

1959	Evaristo Brüggemann e Verônica Pitz Brüggemann	-	-
1960	Pedro Becker e Clara Becker	Não houve festa. O festeiro faleceu antes da realização da festa.	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 75v.
1961	Jorge Brüggemann	-	-
1962	José Brüggemann e Nilza Brüggemann	-	-
1963	Guilherme Leopoldo Besen e Adelina Turnes Besen	-	Informação de Odete Turnes Grah
1964	Pedrinho Becker e Ema Broering Becker	-	-
1965	Eugênio Raulino Koerich e Zita Althoff Koerich	-	-
1966	André Procópio Lohn	-	I Livro de Crônicas (1900-1969), p. 177.
1967	Zari Farias e Teresinha dos Santos Farias	-	-
1968	Vilson Otávio Medeiros	-	-
1969	Rid Manoel Silva e Zena Silva	Braz Campos de Araújo cita: Rid Venâncio da Silva	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 86v.
1970	José Adolfo Becker e Maria Aparecida Lenfers Becker	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 88.
1971	Aleixo Alves de Sousa e Maria de Sousa	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 90v.
1972	Wilmar Henrique Becker e Isabel Becker	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 92.
1973	Paulo Becker	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 94.
1974	Joaquim Goulart e Emília Goulart	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 95v.
1975	Irineu José Coelho e Elsa Zimmermann Coelho	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 96v.
1976	Jonato Henrique Deucher e Nilta Broering Deucher	-	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 99.
1977	José Rodolfo Turnes e Maria da Graça Turnes	Braz Campos de Araújo cita: José Longino Turnes	II Livro do Tombo (1917-1977), p. 101.
1978	Luís Alfredo Broering e Maria Broering	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 1.
1979	Vidal Procópio Lohn e Vilza Maria Lohn	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 1v.
1980	Manoel Vieira e Nilza Lückmann Vieira	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 3.
1981	Heriberto Becker e Salete Becker	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 5v.
1982	Paulo Mauro Althoff e Madalena Lehmkuhl Althoff	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 7v e informações de familiares.
1983	Arnoldo Martendal e Maria Kraus Martendal	-	II Livro de Crônicas (1969-1999), p. 35v.
1984	Felisberto Besen e Nilta Ventura Besen	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 10.

1985	Hugolino Francisco Duarte	-	-
1986	Jaime Aleixo de Sousa e Humbelina de Souza	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 16 e Informação de Odete Turnes Grah
1987	José Lauri Santana	-	II Livro de Crônicas (1969-1999), p. 49 e III Livro do Tombo (1978-.....), p. 17v.
1988	João Paulo Klöppel e Sônia Becker Klöppel	-	Informação de Odete Turnes Grah
1989	José Lauri Santana e Cleuza Santana	-	Informação de Odete Turnes Grah
1990	Pascoal Cláudio Martins	-	-
1991	Reni Broering e Margarete Zimmermann Broering	-	-
1992	Pedro Martendal e Luci Silva Martendal	-	-
1993	Raimundo Alberto Loch e Cristina Loch	-	-
1994	Arlindo Lehmkuhl e Isolete Rech Lehmkuhl	-	-
1995	Valter Grah e Claudete Miranda Grah	-	-
1996	José Cláudio Klöppel e Rosângela Souza Klöppel	-	-
1997	Aurélio Lindolfo Cândido e Terezinha Martins Cândido	-	-
1998	Angelino Abreu e Zurilda de Souza Abreu	-	-
1999	Expedito Martins e Raquel de Sousa Martins	-	-
2000	Adelmo de Souza	-	-
2001	José Jacinto Machado e Maria Salete Turnes Machado	-	-
2002	João Batista Lehmkuhl e Aparecida de Abreu Lehmkuhl	-	III Livro do Tombo (1978-.....), p. 81v.
2003	Zulmar Antônio de Campos e Estela Broering de Campos	-	-
2004	José Sérgio Grah e Odete Turnes Grah	-	-
2005	Jair Andrino da Silva e Maria de Lourdes Miranda da Silva	-	-
2006	Paulo Reni Schürhaus e Zita Maria Broering Schürhaus	-	-
2007	Rafael Elias e Maria Angela Elias	-	-
2008	Luiz Carlos Goedert e Aurélia Goedert	-	-
2009	Pedro João Machado e Isabel Goedert Machado	-	-

2010	João Carlos Goedert e Armelinda Goedert	-	-
2011	Antônio Manoel Martins e Albertina Fraga Martins	-	-

ABREVIAÇÕES:

APSAI = Arquivo da Paróquia de Santo Amaro da Imperatriz.
APESC = Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
APFICB = Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.
AHESC = Arquivo Histórico-Eclesiástico de Santa Catarina.
APMSAI = Arquivo da Prefeitura Municipal de Santo amaro da Imperatriz.
BPESC = Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

NOTAS DE FIM

[1] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, pp. 110-111. APSAI.
[2] Fonte: http://www.bispadobauru.org.br/link_40anos_4.htm – Consulta realizada a 11 de dezembro de 2004.
[3] Mais detalhes cf. LUPI, João. "A Doutrina de Joaquim de Fiore sobre o Espírito Santo". In: **Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000, pp. 59-70.
[4] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 124.
[5] LUPI, João. "As Festas do Divino Espírito Santo". In: **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997, p. 773. Vergílio Várzea afirma tratar-se de Oto, o Grande. Cf. VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985, p. 70.
[6] Texto atribuído a José Torres, in: VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985, p. 69.
[7] Interessante salientar a criação, no século XIII, a partir de 1204 (Fundação do Heiliggeitspital de Brandenburg), de diversos Hospitais do Espírito Santo no Império Germânico e sua área de influência, o que atesta a grande difusão da devoção à Terceira Pessoa da Trindade. Cf. LUPI, João. "As Festas do Divino Espírito Santo". In: **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997, pp. 773 e 782ss.
[8] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 125.
[9] Texto atribuído a Lauro Pinto. Fonte: http://www.cdclassic.com.br/navprec.htm – Consulta realizada a 19 de dezembro de 2004.
[10] Cf. SOARES, Doralécio. "Bandeira do Divino". In: **Aspectos do Folclore Catarinense**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1970, p. 61.
[11] Fonte: http://www.rosanevolpatto.trd.br/DIVINO1.html – Consulta realizada a 11 de dezembro de 2004.
[12] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 127.
[13] Dom Dinis nasceu em Lisboa a 09 de outubro de 1261 e era filho de Dom Afonso III e da sua segunda esposa, Dona Beatriz. Por morte de seu pai, subiu ao trono em 1279 sendo o sexto Rei de Portugal (O Lavrador). Em 24 de Junho de 1282, casou com a princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro, de Aragão. Fundou em 1290 a Universidade de Lisboa transferida em 1307 para Coimbra. Faleceu em Santarém a 07 de janeiro de 1325, encontrando-se sepultado no Mosteiro de Odivelas.
[14] Santa Isabel nasceu em 1271, na cidade de Saragoça, hoje Espanha, onde reinava o seu avô paterno, Dom Jaime I. A princesa recebeu este nome por desejo de sua mãe, Dona Constança, em recordação de sua tia, Santa Isabel da Hungria, cujas virtudes deviam servir-lhe de modelo. Com a morte de Dom Jaime, assume o trono o pai de Isabel, Dom Pedro III (1239-1285), de Aragão, cuja capital era Barcelona. Muitos príncipes apresentavam-se a Dom Pedro como pretendentes à mão desta admirável menina. Porém, aos 11 de fevereiro de 1282, ela é dada em casamento a Dom Dinis, o Rei de Portugal. Isabel deu ao Rei dois filhos: Constança, futura Rainha da Castela, e Afonso, herdeiro do trono de Portugal. As aventuras extraconjugais de seu marido humilhavam-na profundamente. Mas Isabel mostrava-se magnânima no perdão, criando, com igual afeto, os filhos ilegítimos de Dinis. Isabel faleceu aos 04 de julho de 1336,

abatida por uma doença que se agravou durante uma viagem realizada na busca de reconciliar seu filho Dom Afonso IV de Portugal, e seu neto Dom Afonso XI da Castela, que haviam declarado guerra entre eles. Até hoje a Rainha Santa Isabel é venerada com muito carinho e admirada em suas virtudes. Nos dias de hoje, na Igreja de Santa Clara, na cidade de Coimbra, em Portugal, pode ser visitado o sarcófago com o corpo intacto da Rainha Santa. Ela foi canonizada pela Igreja em 25 de maio de 1625.

[15] Os franciscanos espiritualistas são membros da Ordem dos Frades Menores, fundada por São Francisco de Assis (1881-1226), que a partir de sua morte, entrou em crise. Produziu-se uma divisão entre os frades que queriam uma atenuação da regra, e os mais próximos discípulos do fundador. Dessa divisão, nasceu o grupo dos Espirituais franciscanos, cujos principais chefes foram: Conrado de Offida, João de Parma, Hugo de Digne, Gerardo di Borgo San Donnino, Michele di Cesena, Ubertino da Casale, Salimbene, Tomas di Celano, Ângelo Clareno, Pedro João Olivi. Com Frei Hugo de Digne, Frei João de Parma e Frei Gerardo di Borgo San Donino, os ensinamentos de Joaquim de Fiore (1155-1202) – que já haviam sido condenados no IV Concílio de Latrão, em 1215, no pontificado de Inocêncio III (1198-1216) – entraram na ordem franciscana. Além das teses de Joaquim de Fiore, os Franciscanos Espirituais defendiam: A regra da pobreza devia ser absoluta e radicalmente obedecida, e no mesmo grau em que São Francisco a praticara. Por isso, a Ordem franciscana não poderia ter igrejas de pedra, nem conventos. Os frades não poderiam ter livros de missa, de oração ou de estudo. Só poderiam ter um hábito de saco. Este hábito deveria ser usado até cair de podre. O hábito não poderia chegar até os pés, pois que isso seria supérfluo e um luxo desnecessário; nem o papa teria poder para mudar a regra elaborada por São Francisco; haveria um grande castigo no qual a maior parte dos homens seria eliminada. Mesmo boa parte dos frades franciscanos seria eliminada, sobrevivendo apenas um pequeno grupo, que formaria o reino do Espírito Santo. Este reino espiritual seria o dos monges, que substituiria a ordem dos sacerdotes. Viria um grande Papa – o "Pastor Angélicus", que vários Papas pretenderam ser – e um grande Imperador que instaurariam o reino do Espírito Santo; assim como a Igreja substituíra a Sinagoga, haveria uma nova igreja espiritual, igualitária (sem hierarquia) e pobre, sem nenhuma propriedade; a lei de Deus seria abolida, sendo instaurada a lei do Amor. Essas idéias foram expostas na obra de Frei Gerardo di Borgo San Donnino, **Introductorius ad Evangelium Aeternum**, publicada em Paris, em 1251, e foram condenadas pelo Papa Alexandre IV, em 1255. Fonte: http://www.montfort.org.br/veritas/duashistorias.html – Consulta realizada no dia 02 de janeiro de 2005.

[16] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 124.

[17] Texto atribuído a Lauro Pinto. Fonte: http://www.cdclassic.com.br/navprec.htm – Consulta realizada a 19 de dezembro de 2004.

[18] Após a transcrição de vários documentos, publicados entre 1642 a 1690, referentes à primeira Festa do Divino Espírito Santo que teve lugar em Alenquer, distante uns 40 km de Lisboa, em Portugal, durante o reinado de Dom Dinis e da Rainha Santa Isabel, o Prof. Dr. João Lupi oferece observações sobre a sua instituição, as quais foram sintetizadas pelo Pe. José A. Ferreira, de San Leandro, na Califórnia: "Entre os vários castelos e terras que, por contrato antenupcial, foram entregues à Rainha Santa Isabel, encontrava-se a Vila de Alenquer e seu castelo, mantendo assim um costume originalmente introduzido por Dom Sancho I, e que viria a ser tradicionalmente conhecido por Casa da Rainha. Com a entrega de castelos e terras à rainha-consorte, ficava assim constituído um 'patrimônio' do qual a rainha tinha a oportunidade em auferir rendas, que lhe dariam uma certa 'independência econômica'. Por norma, tais propriedades voltavam à posse da Coroa após a morte da Rainha. (...). Conseqüentemente, Alenquer revela-se como o lugar onde a rainha agia como senhora independente. Escolhê-la para alguma ação era sinal de total soberania da sua parte; ali, mais do que noutro lugar, ela era a Rainha! Vem tudo isto a propósito do eventual motivo que teria levado a Rainha Santa a escolher Alenquer, e não outra cidade maior, para a celebração da mui importante e nova Festa do Espírito Santo. Além disso, ao receber, como parte tradicional da 'Casa da Rainha', a vila e o castelo de Alenquer, Santa Isabel acolheu, igualmente, um convento de franciscanos (...). Esta herança franciscana, que lhe foi transmitida, tornou-se fundamental para a instituição das Festas do Divino Espírito Santo, tanto mais que foi (...) Joaquim de Fiore, entre outros, quem 'profetizou' uma nova vinda do Espírito Santo e uma era de paz e liberdade (...). Convém inserir aqui a informação de que foi a sogra da Rainha Santa Isabel quem, em 1290, mandou iniciar as obras da construção da Igreja do Espírito Santo, anexa ao convento franciscano. As obras ficaram concluídas em 1305, sendo, portanto, provável que, só após esta data, a Rainha Santa tenha instituído a Festa (...)". Fonte: http://www.portugal-linha.pt/opiniao/JFerreira/jf6.html – Consulta realizada a 08 de dezembro de 2004.

[19] Cf. LUPI, João. "As Festas do Divino Espírito Santo". In: **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997, p. 755.

[20] Fonte: http://www.portugal-linha.pt/opiniao/JFerreira/jf6.html – Consulta realizada a 08 de dezembro de 2004.

[21] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, pp. 127 e 165. Cf. também: http://www.portaldodivino.hpgplus.com.br/origem/origemdafesta.htm – Consulta realizada a 19 de

dezembro de 2004.
[22] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 125. Do exposto podemos concluir que não foi a Rainha Isabel quem inventou o culto ao Espírito Santo; sua contribuição consiste, portanto, em dar um novo impulso ao culto com a criação da confraria e promoção das festividades do império em Alenquer. O papel da rainha na promoção dos festejos é somente realçado no século XVII. A partir da sua canonização em 1625 é que as autoridades religiosas de Portugal associam a início da Festa do Espírito Santo à fundação da confraria em Alenquer. Talvez , daí se origina a informação de que a festa teria surgido em 1296, em Alenquer. As primeiras referências à cerimônia realizada pela Rainha Isabel datam de 1642, portanto mais de três séculos após o surgimento da festa em Portugal.
[23] Fonte: http://www.ricardocosta.com/pub/crono5.htm – Consulta realizada a 18 de dezembro de 2004.
[24] Fonte: http://www.ricardocosta.com/pub/crono5.htm – Consulta realizada a 12 de dezembro de 2004.
[25] Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_IV_de_Portugal – Consulta realizada a 12 de dezembro de 2004.
[26] Existem outras versões entre as quais: A Festa do Divino Espírito Santo nasceu em Portugal a partir de um sonho real. Conta-se que a Rainha Isabel estando a pernoitar com seu marido, o Rei Dom Dinis, na Vila de Alenquer, teve um sonho. Nele, Deus informava que muito mais se alegraria se fosse construída naquela localidade uma igreja ao Espírito Santo. Ao acordar, a Rainha Isabel mandou pedir aos juízes da Vila que lhe enviassem quatro pedreiros e seis ajudantes, e ordenou-lhes que fincassem os alicerces em determinado lugar. Ali chegando, no entanto, encontraram os alicerces já começados embora pessoa alguma os tivesse feito. A rainha viu nisso a mão de Deus e orou agradecendo o milagre. Conta-se também que os operários receberam rosas da rainha, como pagamento, e elas se transformaram em dinheiro. Fonte: http://www.lagoasanta.com.br/divino/festa_do_divino_2004.htm – Consulta realizada a 07 de dezembro de 2004.
[27] Fonte: http://www.itanhaem.sp.gov.br/divinohistorico.htm – Consulta realizada a 07 de dezembro 2004. Após a transcrição de vários documentos, publicados entre 1642 a 1690, referentes à primeira Festa do Divino Espírito Santo que teve lugar em Alenquer, distante uns 40 km de Lisboa, em Portugal, durante o reinado de Dom Dinis e da Rainha Santa Isabel, o Prof. Dr. João Lupi oferece observações sobre a sua instituição, as quais foram sintetizadas pelo Pe. José A. Ferreira, de San Leandro, na Califórnia: "Sendo a festa, como dizem todos, tão importante em tantos lugares em Portugal, é de estranhar que se tenham passado mais de três séculos desde a sua criação até que algum historiador, cronista ou frade, em sua relação, se tenha lembrado de consignar, por escrito, a memória da origem das festas, uma vez que, nem da época da instituição, nem dos três séculos seguintes, se conserva documento que ateste o que aconteceu. E foi, precisamente, quando as festas estavam entrando em decadência, no século dezessete, que quatro escritores documentaram a sua criação. Uns mais, outros menos, mas todos os quatro documentos concordam em que, na origem da festa, na Vila de Alenquer, se encontram: o Rei Dom Dinis e a Rainha Santa Isabel (tendo esta o papel mais destacado), a figura do Imperador, a celebração do Espírito Santo, a caridade nas esmolas de comida aos pobres. (...). Os testemunhos, de cronistas antigos, citados por João Lupi, apontam claramente os responsáveis na promoção original das Festas do Espírito Santo em Portugal. Aqui , ficam uns ligeiros extratos: A Rainha Santa Isabel e o Rei Dom Dinis, seu marido, foram os autores da festa que se chama do Espírito Santo, cuja solenidade foi tão célebre por todo o reino (...). Aqui em Alenquer se celebra ainda esta ação, que chamam do império, com grande aparato: levam três coroas, e uma delas que foi da Rainha Santa Isabel (...). Muitas coisas notáveis, que teve boa parte a Rainha Santa Isabel, uma é a solenidade do império, do qual ela e seu marido, para celebrarem a Festa do Espírito Santo, foram os inventores primeiros (...). E entre outras devoções, a Rainha Santa introduziu um modo, que chamam impérios, e na Festa de Pentecostes instituiu um bodo com abundância de pão, bolos, carne e outras coisas comestíveis". Julgo desnecessário acrescentar que a festa incluía assistência à missa, cortejo processional e coroação do "imperador ou imperatriz". A trilogia simbólica que, ainda hoje, continua sendo o padrão das Festas do Divino nos Açores, é constituída pela oferta e distribuição de Pão, Carne e Vinho. Fonte: http://www.portugal-linha.pt/opiniao/JFerreira/jf6.html – Consulta realizada a 08 de dezembro de 2004. Cf. também LUPI, João. "As Festas do Divino Espírito Santo". In: **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997, pp. 747ss.
[28] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 165.
[29] PEREIRA, Nereu do Vale. **As Folias e a Festa do Divino Espírito Santo: Ribeirão da Ilha, Vida e Retrato: um Distrito em Destaque**. Florianópolis : Fundação Franklin Cascaes, 1990, p. 172.
[30] Fonte: http://www.portaldodivino.hpgplus.com.br/origem/origemdafesta.htm – Consulta realizada a 19 de dezembro de 2004. Cf. também LEAL, João. "As Festas do Espírito Santo nos Açores". In: **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997, p. 785.
[31] Fonte: http://www.adiaspora.com/_port/gentes/artigo/isabeleorigemdefestasdodes.htm – Consulta realizada a 18 de dezembro de 2004.
[32] Texto atribuído a Lauro Pinto. Fonte: http://www.cdclassic.com.br/navprec.htm – Consulta realizada a

19 da dezembro de 2004.
[33] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, pp. 85ss. De acordo com o Calendário Permanente, o dia 29 de maio de 1854 caiu numa segunda-feira, portanto, o dia correto talvez seja 28 de maio. Entretanto, de acordo com Francisco Cândido de Campos, naquele ano, os festejos ocorreram no sábado, domingo e segunda-feira: dias 27, 28 e 29 de maio de 1854. Há outra versão sobre a data do início da Festa do Divino em Santo Amaro , veja: "A festa em Santo Amaro provém do conjunto de uma Festa Litúrgica (Espírito Santo) e da vinda do Imperador Pedro II e sua esposa a esta localidade. Os habitantes eram descendentes de Açorianos (Portugueses), os quais eram grandes devotos da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade (Espírito Santo); festa essa celebrada antes mesmo da vinda do Imperador a Santo Amaro e com este acontecimento, juntaram-no à festa litúrgica". Cf. "Festa do Divino Espírito Santo". Santo Amaro da Imperatriz, **Jornal O Flash**, Ano I, nº 2, de 2 a 17 de junho de 1979, p. 4. Os autores da reportagem, no entanto, não citaram a fonte de sua informação sobre a data do início da festa ao afirmarem que era "celebrada antes mesmo da vinda do Imperador". Também não explicitaram onde se deu, no ritual da festa, a referida junção do Imperador "à festa litúrgica". Como a visita do Imperador a Santo Amaro ocorreu em outubro de 1845, significa que aqueles autores afirmam que a instituição da Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro é anterior a 1845. Mas não foi encontrada documentação capaz da validar as informações da citada reportagem.
[34] Em 1854, segundo Francisco Cândido de Campos, todos os participantes da folia eram de cor. Cf. CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 87.
[35] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, p. 53v. APSAI.
[36] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 87.
[37] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 86.
[38] A Folia do Divino constitui-se de um grupo de pessoas que fazendo parte ou não de uma irmandade religiosa, que sai de porta em porta, tanto no meio urbano quanto no rural, levando à frente uma bandeira e através de louvações, solicitam contribuições para a realização da Festa do Divino Espírito Santo. Essa bandeira, acompanhada de um tambor, geralmente vermelha, tem ao centro uma pombinha branca de asas abertas, bordada ou aplicada, significando o Divino Espírito Santo. Os membros de uma folia são denominados: mestre, ajudante-de-mestre, contramestre, ajudante-de-contramestre, além do procurador e do tamboreiro, este imprescindível. Ao som de gaita, violão, rabeca, e às vezes triângulo, cantam eles, quadrilhas mais ou menos decoradas. Em uma folia, distinguem-se seus momentos principais: chegada à frente da casa; entrada na residência; louvação; peditório; agradecimento e despedida. Fonte: http://www.acisap.com.br/folclore.htm – Consulta realizada a 22 de novembro de 2004.
[39] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 87.
[40] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 90.
[41] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 94.
[42] Jornal **O Constitucional**. Desterro-SC, de 02/07/1868, p. 3. BPESC.
[43] Jornal **O Constitucional**. Desterro-SC, de 02/07/1868, p. 3. BPESC.
[44] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 96. A fonte citada não confirma se o referido Conselheiro da Corte veio a Santo Amaro ou apenas determinou como a Festa deveria ser formatada. Esse aspecto precisa ser mais bem estudado.
[45] "Ata da Formação da Irmandade de Divino Espírito Santo. Aos dezessete dias do mês de maio do ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e setenta e cinco no corpo da Igreja Matriz da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, da Província de Santa Catarina, reunidos os signatários do Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo, da mesma Freguesia para o fim de elegerem a (diretoria) da mesma Irmandade e achando-se presentes o Irmão Coronel Gaspar Xavier Neves, Antônio Ferreira de Macedo, Laurentino Ferreira de Macedo, Nicolau Antônio Eller, Estêvão Antônio Pretz, Carlos Reinold Müller e faltando por se acharem ausentes o Capitão José Jorge de Betancourte e Souza, Ernesto Augusto de Souza Costa, Manoel Francisco Tavares, Januário Prota Fabrício, Cândido Augusto de Souza Costa e Vicente Ferreira dos Santos por este ter falecido e, depois de ter o

Irmão Coronel Gaspar Xavier Neves feito a leitura em voz alta e inteligível de todos os Artigos do mesmo Compromisso e achando-se só o número de seis Irmãos presentes, e para poder-se constituir a maioria dos mesmos Irmãos signatários chamou o Irmão Manoel Pereira Maciel e este tomando assento depois de ter sido aprovado pelos demais mesários, foi logo declarado pelo mesmo Irmão Coronel Gaspar Xavier Neves que se ia proceder a eleição do Juiz, Escrivão, Tesoureiro e Procurador o que logo foi satisfeito pelos Irmãos presentes acima declarados, depositando cada um sua cédula na urna, e sendo apurados deu o resultado seguinte, para Juiz: Laurentino Ferreira de Macedo, seis votos; para Escrivão Cândido Silveira de Matos, sete votos; para Tesoureiro, Bernardo Floriano da Silva, sete votos; para Procurador Antônio Ferreira de Macedo, seis votos; Manoel Gonçalves de Abreu, um voto; José Pedro Gueres, um voto. Concluída a votação recaindo a maioria nos Irmãos acima declarados, foram chamados e tomarão assento na mesa e tomou assento logo o Escrivão nomeado passando logo a exercer o cargo para o que fora eleito, e procedendo em seguida a votação para os membros e mesários, deu o resultado seguinte: Manoel Gonçalves de Abreu, doze votos; Bernardino José da Silva, doze votos; Antônio Pereira Maciel, doze votos; Jacintho Ferreira de Macedo, doze votos; Manoel Francisco Tavares, doze votos; Manoel Pereira Maciel, doze votos; Joaquim Teixeira de Quadros, doze votos; João Eleotério de Farias, onze votos; Francisco Antônio da Cunha, doze votos; Alexandre de Souza Cabral, doze votos; Joaquim Claudino Pereira de Ávila, doze votos; Manoel Leal da Cunha, doze votos; Bernardo Fogues (Voges?), um voto. E recaindo a pupoplaridade (popularidade?) de votos nos membros acima votados, digo, nos mesários acima declarados, e por essa forma ficou instituída a Irmandade do Divino Espírito santo de conformidade com o quanto dispôs o mesmo compromisso e mais disposições em vigor. E , para constar, se lavrou a presente ata que assinam todos os Irmãos signatários do referido Compromisso. Eu, Cândido Silveira de Mattos, Escrivão que a escrevi e assino. Laurentino Ferreira de Macedo, Gaspar Xavier Neves, Nicolau Antônio Eller, Manoel Pereira Maciel, Antônio Ferreira de Macedo, Estêvão Antônio Pretz, Carlos Reinhard Müller e Cândido Silveira de Mattos". Fonte: Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, pp. 1-2. APSAI.

[46] O citado "Compromisso" é o Regulamento, são os Estatutos da Irmandade. Infelizmente, não localizamos o teor do Compromisso nem o seu termo de aprovação eclesiástica, cujo documento, presumimos, tenha sido expedido pelo Bispo do Rio de Janeiro, logo após a sua fundação. Cf. Registro dos Despachos do Bispo (1840-1875). APESC. Também não foram encontrado no APESC o Registro dos Despachos do Bispo, referente ao período compreendido de 1875 até a Proclamação da República.

[47] Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 1. APSAI.

[48] Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 1. APSAI.

[49] Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, pp. 2-2v. APSAI.

[50] MARTINS, Celso. **Tabuleiro das Águas.** Florianópolis: Ed. Recriar, 2001, p. 234. Interessante observar que na parte inferior da atual coroa utilizada nas Festas do Divino em Santo Amaro há uma moeda onde consta a seguinte inscrição: "República dos Estados Unidos do Brazil - 1889" . Se a referida moeda foi ali inserida quando da confecção da coroa então ela não seria a que foi doada por Antônio Cândido de Abreu em 1874. Ou esta seria já uma terceira coroa? É preciso desenvolver novas pesquisas...

[51] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 96.

[52] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, pp. 99ss.

[53] Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, pp. 2v-3. APSAI.

[54] Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 3. APSAI.

[55] Participaram dessa reunião: Adriano Ferreira dos Anjos, Amâncio Pereira Maciel, Antônio Ferreira de Macedo, Bernardino Floriano da Silva, Bernardo José da Silva, Cândido Silveira de Mattos, Francisco Bernardo da Silva Machado, João Claudino de Ávila Vieira, Joaquim Claudino Pereira de Ávila, Joaquim Teixeira de Quadros, Laurentino Ferreira de Macedo, Manoel Antônio Soares do Nascimento, Manoel Gonçalves de Abreu, Manoel Pereira Maciel e Ricardo de Aguiar Martins. Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 3v. APSAI. Nessa reunião realizada aos 11 de julho de 1876, foram entregues, pelo então Escrivão, Cândido Silveira de Matos, ao novo Escrivão da Irmandade, Ricardo de Aguiar Martins, "três livros e um Compromisso tudo constante da Irmandade". Tudo indica tratar-se de um livro de atas, um livro de registro de receitas e despesas e um livro de matrículas dos Irmãos. É lamentável que, dos três livros citados, apenas a um tivemos acesso; os

outros talvez nem existam mais. Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 4. APSAI.
[56] Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 4. APSAI.
[57] Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 4v-5. APSAI.
[58] Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 5v. APSAI.
[59] Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 7v. APSAI.
[60] Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, p. 11. APSAI.
[61] Cf. Livro dos Termos e Deliberações da Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, termo da cidade de São José, Província de Santa Catarina, 1875, pp. 17-17v. APSAI.
[62] Carta do Pe. Arcângelo Ganarini ao Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Pereira da Silva Barros, datada de 05 de novembro de 1891. APSAI e APFICB.
[63] Carta do Pe. Arcângelo Ganarini ao Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Pereira da Silva Barros, datada de 05 de novembro de 1891. APSAI e APFICB.
[64] Carta do Pe. Arcângelo Ganarini ao Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Pereira da Silva Barros, datada de 05 de novembro de 1891. APSAI e APFICB.
[65] Carta do Pe. Arcângelo Ganarini ao Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Pereira da Silva Barros, datada de 05 de novembro de 1891. APSAI e APFICB.
[66] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, p. 3v. APSAI.
[67] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, p. 2v. APSAI.
[68] O correto seria 1875. Dia 17 de maio. Mas, em 1874, deve ter sido iniciada a articulação para a respectiva fundação da Irmandade do Divino Espírito Santo.
[69] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 11. APSAI.
[70] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, pp. 3v a 4v. APSAI.
[71] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, p. 32. APSAI.
[72] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, p. 57v. APSAI.
[73] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, p. 54v. APSAI.
[74] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, p. 71v. APSAI. Trata-se da Circular nº 19 e do Boletim Eclesiástico da Diocese de Curitiba, de janeiro de 1906. Cf. SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1997, p. 114.
[75] I Livro do Tombo (1895-1917), da Paróquia de Santo Amaro, pp. 71v-72. APSAI.
[76] Circular nº 19, da Diocese de Curitiba, de janeiro de 1906. Cf. Cf. SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1997, p. 114.
[77] Art. 280 do **Primeiro Sínodo da Diocese de Florianópolis**. Florianópolis: Tipografia Brasil, 1910, p. 97.
[78] Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1910-1915), documento datado de 20 de março de 1913. AHESC.
[79] Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1910-1915), documento datado de 24 de fevereiro de 1914. AHESC.
[80] Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1910-1915), documento datado de 15 de março de 1915. AHESC.
[81] Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1910-1915), documento datado de 15 de março de 1915. AHESC.
[82] Caixa Paróquia Santo Amaro II, Pasta (1915-1919), documento datado de 03 de março de 1916. AHESC.
[83] Caixa Paróquia Santo Amaro II, Pasta (1915-1919), documento datado de 03 de março de 1916. AHESC.
[84] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, pp. 23-24. APSAI. Sobre o episódio o Pe. Frei Meinrado Pierre relata ao bispo em maio de 1916: “Exmo. e Revdo. Sr. Bispo, cumprimentando respeitosamente V. Ex. Revma, apresso-me para Vos comunicar tudo o que há em relação à bandeira e o comportamento de certas pessoas da Varginha. O dia de hoje passou bem calmo, não aparecendo ninguém daquela gente na Freguesia. Ontem, sábado, pouco mais ou menos às 02 horas da tarde mandou o Sr. Theodoro Luiz uma pessoa para saber se podia levar a bandeira. Disse ao portador que V. Ex. Revma. mandou resposta negativa e que ia ler no domingo na Missa paroquial a carta de V. Ex. Revma. para todos saberem. Às 05 horas pouco mais ou menos apareceu aqui o Sr. José Fernandes e mais uma pessoa, cujo nome não sei bem, e queria saber se sairia a bandeira ou não. Declarei-lhes que a bandeira não pode sair e que mesmo não estava mais nem na igreja nem no nosso convento nem no convento das Irmãs, mas sim no poder do Sr. Bispo Diocesano. Responderam pouco mais ou menos o seguinte: como pode o Sr. Bispo tirar a bandeira pois a bandeira é nossa, comprada por nosso dinheiro e o senhor é chefe desta igreja e o povo quer responsabilizar o senhor sobre a bandeira. E me deram por avisado que

vinham 30 pessoas de Aririú e mais outras tantas da Varginha e que amanhã (domingo) eu havia de sofrer (ainda) seja que muito povo era contra eles, mas então havia briga aqui. Recebi, lendo para eles a carta de V. Ex. Revma. Apontaram que por esta mão veio ordem de retirar a bandeira. Receando que talvez ainda chegassem de noite, mandei avisar o comissário de polícia do lugar, pois estava o povo reunido na Varginha. Por carta, comunicou-me o Sr. Krebs da Palhoça que tinham chegado ali sete praças destinados para Santo Amaro. Mandei então um carro para Palhoça e às duas horas da madrugada estava a força aqui. De manhã decerto, logo foi a notícia para Varginha de estar a força já no lugar e, por isso, resolveram ficar em suas casas. Por conseguinte, passou o dia calmo. Na missa paroquial li a carta de V. Ex. Revma. ao povo e seguido mostrei como o Bispo Diocesano é o primeiro defensor e legítimo intérprete da religião na diocese. Testemunhando isso com lugares da Sagrada Escritura máxima aquele do Apóstolo São Paulo, são os Bispos postos pelo Divino Espírito Santo, para governar a Igreja de Deus. Podemos dar graças a Deus, mas não dou tudo por acabado, talvez tanto eu como V. Revma. temos ainda que sofrer alguns desgostos deste povo. Segundo consta, querem fazer Capela e ter a velha ou nova bandeira para si e (esmolar) pelo modo acostumado e fazer a festa a seu gosto. O Pe. Dimas que segue nestes dias pode informar melhor a V. Revma sobre esta nova espécie de fanatismo. Com (...) estima e toda consideração, agradecendo do íntimo do coração a gentileza que usou V. Ex. Revma. para comigo e prontas providências tomadas por V. Ex. Revma. beijando humildemente o anel sagrado. Seu filho sempre obediente em Cristo Nosso Senhor. Frei Meinrado Pierre OFM". Caixa Paróquia Santo Amaro II, Pasta (1915-1919), documento datado de maio de 1916. AHESC.

[85] Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1915-1919), documento de 1916. AHESC.

[86] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 2. APSAI.

[87] Artigo 232, do **Segundo Sínodo da Diocese de Florianópolis**. Florianópolis: Livraria Cisne, 1919, p. 86.

[88] Artigo 228, do **Segundo Sínodo da Diocese de Florianópolis**. Florianópolis: Livraria Cisne, 1919, p. 85.

[89] Artigo 233, do **Segundo Sínodo da Diocese de Florianópolis**. Florianópolis: Livraria Cisne, 1919, p. 86.

[90] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 7. Cf também I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 32. APSAI.

[91] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 20. APSAI.

[92] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 58. APSAI.

[93] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 22v. APSAI.

[94] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 28v. APSAI.

[95] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 28v. APSAI.

[96] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 28v. APSAI.

[97] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 36. APSAI.

[98] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 38. APSAI.

[99] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 46. APSAI.

[100] Jornal **Dário da Tarde**, Florianópolis, Ano III, nº 847, de 31 de maio de 1938, p. 5. BPESC.

[101] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 111. APSAI.

[102] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 111. APSAI.

[103] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 111. APSAI.

[104] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 111. APSAI.

[105] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 111. APSAI.

[106] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 111. APSAI.

[107] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 55. APSAI.

[108] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 55. APSAI.

[109] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, p. 120. APSAI.

[110] Pasta Correspondências da Cúria Metropolitana, documento datado de 05 de março de 1949. APSAI.

[111] Pasta Correspondências da Cúria Metropolitana, documento datado de 19 de abril de 1949. APSAI.

[112] Artigo 379, do **Quarto Sínodo da Diocese de Florianópolis**. Florianópolis: s/e, 1951, p. 126.

[113] Artigo 375, do **Quarto Sínodo da Diocese de Florianópolis**. Florianópolis: s/e, 1951, p. 125.

[114] Pasta Correspondências da Cúria Metropolitana, documento datado de 23 de abril de 1953. APSAI.

[115] Pasta Correspondências da Cúria Metropolitana, documento datado de 23 de abril de 1953. APSAI.

[116] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 68. APSAI.

[117] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 68. APSAI.

[118] Pasta Correspondências da Cúria Metropolitana, documento datado de 26 de fevereiro de 1954. APSAI.

[119] Pasta Correspondências da Cúria Metropolitana, documento datado de 05 de abril de 1954. APSAI.

[120] CAMPOS, Francisco Cândido de. "Histórico da Primeira Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz". In: MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, p. 93.

[121] Caixa Paróquia Santo Amaro I, Pasta (1915-1919), documento de 1916. AHESC.

[122] II Livro do Tombo (1917-1977), da Paróquia de Santo Amaro, p. 74v. APSAI.

[123] II Livro de Crônicas (1969-1999), da Paróquia de Santo Amaro, p. 4. APSAI.

[124] II Livro de Crônicas (1969-1999), da Paróquia de Santo Amaro, p. 9. APSAI.

[125] O Enterro dos Ossos pode ser definido como um almoço do que sobrou da refeição do dia anterior (festa de casamento, batizado, aniversário, etc.). Já no Estado de Mato Grosso, é um clube carnavalesco

que sai no primeiro domingo depois do carnaval. Os foliões, vestidos de preto, trazem caveiras pintadas e instrumentos musicais tocando músicas fúnebres. Conduzem caixões mortuários cheios de galinhas, perus, churrascos e cachaça à vontade. O povo ri, come e bebe sem reservas. Fonte: LÓSSIO, Rúbia. **Dicionário de Folclore para Estudantes**. Obra inédita. Cf. http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dic_e.htm – Consulta realizada a 05 de novembro de 2004.

[126] II Livro de Crônicas (1969-1999), da Paróquia de Santo Amaro, p. 30v. APSAI.

[127] Entrevista oral concedida por Judith Ramos Müller ao autor, em 06 de novembro de 2004.

[128] MARTINS, Celso. **Tabuleiro das Águas.** Florianópolis: Ed. Recriar, 2001, p. 232.

[129] Artigo 1º da Lei nº 1.183, de 08 de maio de 1997, da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz. APMSAI.

[130] II Livro de Crônicas (1969-1999), da Paróquia de Santo Amaro, p. 54v. APSAI.

[131] As Bandeiras Peditórias são classificadas em bandeiras ricas e bandeiras pobres. As primeiras são ricamente adornadas e as segundas não ostentam tanto luxo. Somente as Bandeiras Ricas são conduzidas no Cortejo Imperial.

[132] O Imperador leva uma espada na mão durante o cortejo. Essa espada foi doada por Nemézio Coelho, antiga família de Santo Amaro da Imperatriz. Nela há a seguinte inscrição: "Ofereço ao glorioso Santo Amaro por uma graça alcançada: Nemézio Coelho, 15/09/1957". Nemézio Coelho seria o filho mais novo de um casal e fora convocado para a guerra, e, como era muito fervoroso em sua fé católica, fez promessa que, se voltasse a sua terra com vida doaria sua espada à Igreja. Como isto aconteceu, fez a sua doação em uma missa e, até hoje, é a espada usada no cortejo pelo Imperador. Cf. MICHELUTE, Maria Eliete de Abreu. **A Festa do Divino Espírito Santo em Santo Amaro da Imperatriz**. Florianópolis: Garapuvu, 2000, pp. 45-6. Cf. também MARTINS, Celso. **Tabuleiro das Águas.** Florianópolis: Ed. Recriar, 2001, p. 232. Esse costume de se levar uma espada no cortejo também é observado nos Açores, hoje praticamente em desuso. Cf. SIMÕES , Manuel Breda. **Roteiro Lexical do Culto e Festas do Espírito Santo nos Açores**. Maia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 89.

[133] LIMA, Manuel C. Baptista. "A Introdução do Culto do Divino Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI". In: **Os Impérios do Espírito Santo e a Simbólica do Império**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, p. 166.

[134] Interessante ressaltar que o custo do Casal Imperial pode equivaler ao montante da renda do evento do qual participam milhares de pessoas durante os três dias em que é realizado. Em 1991, cerca de 100 mil pessoas participaram da festa. Cf. Jornal **Diário Catarinense**, de 20 de maio de 1991. A renda da festa destina-se integralmente à manutenção das obras da paróquia. O luxo ostentado pela corte em seus trajes, a quantidade de público presente na festa, autoridades desfilando, ornamentação do Império conduz a um processo de comparação entre as festas realizadas nos anos anteriores, revertem em prestígio para o Casal Imperial.

[135] Cantoria ou Folia do Divino Espírito Santo. Letra e música de Antônio Narciso e adaptação, arranjo e estrofes de Braz Campos de Araújo: "I – Oh! Divino Espírito Santo! Em Deus por Natureza;/ Tens as virtudes do Altíssimo/ Traz ricos dons por riqueza... II – Vem vindo o Espírito Santo/ Trazendo a Vossa cantoria;/ Também traz em seu poder/ A paz, saúde e alegria... III – Oh! Senhor dono da casa/ Abre a porta e deixe entrar;/ Com a Bandeira do Divino/ Em suas graças abençoar... IV – Vem conduzindo a Bandeira! De uma longa caminhada;/ Acompanhando e bem vindo/ Vos bendizei Vossa chegada... V – Dê-me a licença de entrar/ dentro de Nossa morada;/ Com a chegada do Divino/ E pede a mente e sabedoria... VI – Ao chegarem em sua casa! Tenha a residência preparada;/ Com os devotos em oração/ O Espírito Santo faz sua casa morada... VII – Dentro de Vossa morada/ Veio o Divino Espírito Santo;/ Com os seus dons vem nos trazer/ No seu estrelado Santo Manto... VIII – Bendito aquele que vem/ Do Deus Eterno das Alturas;/ Com suas graças abençoar/ No céu, na terra, as criaturas... IX – Bendizei-vos Vossa chegada/ E na chegada tocam os sinos;/ Por Vosso amor, Vos cantaremos/ E no altar cantam os Hinos... X – Te damos glórias ao Senhor/ Do Divino e suas crenças;/ Vossas Mensagens e Prosperidade/ Nos defendei todas as doenças... XI – Venho pedir-vos uma esmola/ Pra este Senhor da Verdade:/ Que é uma das Três Pessoas/ Da Santíssima Trindade... XII – A esmola que Vós destes/ É para o Divino Criador;/ Quem vos há de agradecer/ Que é o Deus Divino Salvador... XIII – Se doares uma prenda/ E ofertando pelos seus;/ Agradecemos em Vossa Festa / Se mandares o pão por Deus... XIV – Oh! Divino pede a esmola/ Mas não é por precisão;/ Pede pra experimentar/ Nos seus devotos quem são... XV – Aqui dentro do Santuário/ Em que viemos compreender;/ Sua oração o pão diário/ Para o Divino oferecer... XVI – Antes da Virgem Maria/ E a Seu Filho concebido;/ Pelo poder do Santo Espírito/ E como havia prometido... XVII – O Seu Filho Jesus Cristo/ Que nasceu da Virgem Maria;/ Que elevou-se até o céu/ Pra nós todos prometia... XVIII – Sobre nós e veio e disse/ Entre Luz e Salmos e Cantos;/ Como o Pai Me Enviou/ E recebi o Espírito Santo... XIX – Sobre a noite veio a luz/ Com suas graças concebidas;/ Com seu poder nos faz crer/ Em Sua Luz a nova vida... XX – Sua luz desceu do céu/ Tão penetrante e eficaz;/ Sobre herança nos deixou/ A nova vida, amor e paz... XXI – E vai partindo a comitiva/ Pelos caminhos sua Bandeira;/ Que trouxe a paz em Vossa casa/ Aos filhos, esposa e companheira... XXII – Que com Deus, fiques pro ano/ Até quando ele nos voltar;/ E na chegada do Divino/ Nos sete dons nos ajudar". Fonte: MARTINS, Celso. **Tabuleiro das Águas**. Florianópolis: Ed. Recriar, 2001, pp. 237 e 238.

[136] NUNES, Lélia Pereira da Silva. "Festa do Divino Espírito Santo – Resgate de uma tradição". In: **Anais da 2º Semana de Estudos Açorianos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989, p. 100.

[137] Consiste também o oferecimento de massas em formato de partes de corpo (cabeça, braços, pernas, coração, pulmão...) e de animais. Essas massas são oferecidas à Imperatriz e colocadas sobre

uma grande mesa, onde permanecem até o último dia da festa, quando sãs leiloam-se e normalmente são arrematadas pelo festeiro do próximo ano, que as distribui às pessoas da comunidade. A massa é feita de pão sovado com ingredientes da melhor qualidade.

[138] Função, nos Açores, designa especialmente o almoço/jantar, no qual é servida a sopa do Espírito Santo, que o Imperador oferece aos convidados no domingo em que se realiza a coroação. Cf. SIMÕES, Manuel Breda. **Roteiro Lexical do Culto e Festas do Espírito Santo nos Açores**. Maia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, pp. 99 e 165.

[139] I Livro de Crônicas (1900-1969), da Paróquia de Santo Amaro, pp. 110-111. APSAI.

[140] A presente relação de festeiros da Festa do Divino Espírito Santo é resultante de um levantamento realizado por Braz Campos de Araújo. Nós a tomamos por base e a retificamos sempre que tivemos documentação comprobatória afirmando o contrário. Além das colunas "Ano" e "Nome do Casal Imperial Festeiro", incluímos mais duas; uma sob o título "Observações" e outra sob a denominação "Fonte". Na primeira, inserimos a versão apresentada por Braz Campos de Araújo e na segunda fizemos constar as fontes de nossa informação. Na medida do possível, fizemos constar também o nome da esposa do Festeiro. Entretanto, a presente relação de Festeiros carece de novas confrontações. Agradecemos as senhoras Judith Ramos Müller e Odete Turnes Grah e ao senhor José Carlos Lückmann pela revisão da lista dos Festeiros.

Fonte: JOCHEM, Toni. **Uma Caminhada de Fé: História da Paróquia Santo Amaro**. Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas-SC. Santo Amaro da Imperatriz : Ed. do Autor, 2005, pp. 463 a 468.